



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015**

**1. Apresentação**  
Senhores acionistas, a Administração da Invepar – Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar” ou “Companhia”), submete à apreciação do mercado e de seus acionistas as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhando o relatório dos auditores independentes do parecer do Conselho Fiscal.

A Invepar apresenta suas Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano de 2015 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis às operações da Companhia.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados consolidados em relação ao exercício de 2014 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado.

**2. A INVEPAR**  
A Invepar atua no setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e no exterior, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos. É atualmente um dos maiores grupos de infraestrutura de transportes do Brasil e seu portfólio atual é composto por doze concessões distribuídas em seus três segmentos de atuação.

Em 2015, a Invepar, por meio de suas concessões, administrou 1.975 quilômetros de rodovias. Suas concessões rodoviárias são: Linha Amarela S.A. (“LAMSA”), Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”), Concessionária Aro Raposo Tavares S.A. (“CART”), Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”), Concessionária Rio Teresópolis S.A. (“CRT”), Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA”), Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio”), a Concessionária BR 040 S.A. (“Via O40”) e Linha Amarilla S.A.C. (“LAMSAC”), em Lima, no Peru, a primeira concessão internacional do grupo. No segmento de aeroportos, a Invepar controla a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“GRU Airport”) e tem como sócios a Airports Company South Africa (“ACSA”) e a Infraero. GRU Airport consolidou-se como o maior aeroporto da América Latina em volume de passageiros, tendo movimentado mais de 39 milhões de passageiros em 2015. No segmento de mobilidade urbana, a Invepar está presente por meio da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetróRio”) e a Concessionária do VLT Carioca S.A. (“VLT Carioca”), ambas na cidade do Rio de Janeiro, com 8.585 funcionários próprios e comprometida com o desenvolvimento sustentável, a Invepar é signatária do Pacto Global da ONU desde 2010.

Além das doze concessões mencionadas, a Invepar detém outras três empresas:

- PEX S.A. (“PEX” ou “Passo Expresso”), empresa que presta serviços de cobrança automática de pedágios, com foco em concessões do grupo Invepar - LAMSA, CBN, CLN, CRA e CRT – e também na Rota dos Coqueiros (PE), Via Lagos, Ponte Rio-Niterói e Shopping Via Parque.
- MetrôBarra S.A. (“MetrôBarra”), empresa responsável pela aquisição e disponibilização dos materiais rodantes e sistemas que serão utilizados na Linha 4 do metrô no Estado do Rio de Janeiro, com entrada em operação prevista para o segundo semestre de 2016. A construção é de responsabilidade da Concessionária Rio Barra, que detém os direitos de exploração da Linha 4. A Invepar, por meio da MetrôBarra, assinou um contrato de opção de compra das ações da Concessionária Rio Barra, a ser exercido após as condições precedentes serem cumpridas.
- PEX Peru S.A.C. (“PEX Peru”), empresa que presta serviços de cobrança automática de pedágios na Concessionária LAMSAC.

A Invepar consolida integralmente as empresas sobre as quais exerce controle: CART, CLN, GRUPAR, GRU Airport, LAMSA, LAMSAC, LAMBRA, MetrôBarra, MetrôRio, PEX, PEX Peru e Via O40. As demais empresas são controladas em conjunto, com um ou mais acionistas e são consolidadas pelo o método da equivalência patrimonial: CRT, CBN, CRA, VLT Carioca e ViaRio.

**3. CONTEXTO SETORIAL**  
**RODOVIAS**  
O ano de 2015 foi marcado por adversidades que impactaram a maioria dos setores produtivos brasileiros. As expectativas de retração do nível de atividade da economia nacional se confirmaram e complementaram o cenário desfavorável de desempenho e por consequência queda de consumo, de alta taxa de inflação, desvalorização na taxa de câmbio e deterioração das contas públicas. Segundo o índice ABCR<sup>1</sup>, o movimento nas estradas do país teve queda de 1,8% em relação a 2014. Em relação ao fluxo de veículos, o resultado é uma queda de 6,0% em veículos pesados nas rodovias concedidas e em veículos leves também foi percebida, embora em ritmo menor, uma queda de 0,4%. Além do ambiente macroeconômico, outra questão que impactou o setor foi a entrada em vigor da Lei dos Caminhoneiros - nº 13.103 em abril de 2015, determinando a isenção de pedágio para cada eixo suspenso de veículos que circularem vazios.

Em relação a economia peruana<sup>2</sup> o ano de 2015 apresentou um crescimento do PIB de 3,3%, acima do crescimento de 2014 que ficou em 2,4%. O índice de inflação medido ao consumidor, foi de 3,55%, em linha com a inflação de 2014, que apresentou variação positiva de 3,25%. A moeda peruana sofreu desvalorização durante o ano de 14,4%, saindo S/ 2,98 para S/ 3,41 por dólar em 31 de dezembro 2014 e 2015, respectivamente.

<sup>1</sup> <http://www.abcr.org.br/Conteudo/Noticia/9809/indice-abcr-recua-1-8-em-2015-na-comparacao-com-2014.aspx>  
<sup>2</sup> <http://www.bcn.gov.pe/>

**MOBILIDADE URBANA**  
Em um país onde cada vez mais pessoas gastam muito tempo no trânsito em seus deslocamentos diários, certamente o tema mobilidade urbana continuará sendo alvo de pesquisas, debates e estudos. De acordo com levantamento realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com 2.002 pessoas em 142 municípios, o percentual da população que tem passado mais de uma hora no trânsito por dia, seja para ir ao trabalho ou para estudar, aumentou de 26% em 2011 para 31% (e para 39% nas cidades com mais de 100 mil habitantes) em 2015.

As soluções para melhorar a fluidez no tráfego dos grandes centros urbanos passam pelo desenvolvimento e uso de diferentes modais: vias expressas que cortam cidades e reduzem o tempo de deslocamento, diversos tipos de melhoria e incentivo ao uso do transporte público (metrô, trem, ônibus, VLT, BRT), assim como investimento em ciclovias.

A Invepar atua como protagonista em grande parte dessas respostas, especialmente no Rio de Janeiro, onde opera as Linhas 1 e 2 do metrô. Em breve, também a Linha 4 do metrô e o VLT Carioca. Em linha com a proposta de trabalhar o conceito de mobilidade inteligente e promover integração em diferentes modais aos seus usuários, a Invepar patrocina e participa de eventos que debatem alternativas para o futuro das áreas urbanas, como o Congresso Internacional Cidades & Transportes, realizado no Rio de Janeiro nos dias 10 e 11 de setembro de 2015, e a Cúpula dos Prefeitos, no dia 9 de setembro.

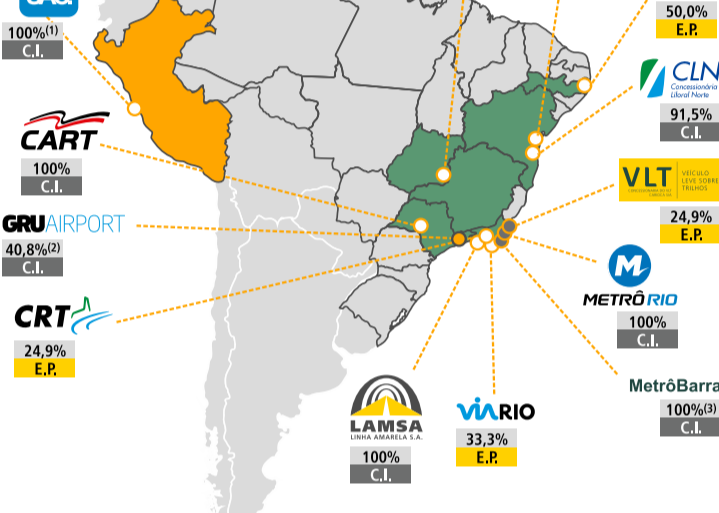
**AEROPORTOS**  
O recente ciclo de investimentos no setor, entre 2011 e 2014, ultrapassa o montante de R\$13 bilhões já aplicados no desenvolvimento da infraestrutura. Como resultado, a expansão em áreas de terminais foi de 47%, atingindo 1,7 milhão de metros quadrados. Os investimentos refletem ainda o aumento da capacidade de movimentação nominal, em dezembro de 2014, atingiu 76% de crescimento. Esses números são essenciais para suportar o cenário de expansão no setor.<sup>3</sup>

A International Air Transport Association (IATA) divulgou uma previsão do tráfego mundial mostrando que as companhias aéreas esperam acolher cerca de 3,6 bilhões de passageiros para 2016!<sup>4</sup> Já no longo prazo, de acordo com o Global Market Forecast (GMF), as companhias aéreas da América Latina terão uma demanda de 2.120 novas aeronaves até 2031, em um valor estimado de US\$ 242 bilhões. Em termos mundiais, até 2031, espera-se a necessidade de cerca de 28.200 novas aeronaves, no valor de US\$ 4 trilhões, para atender a demanda projetada do mercado global.

<sup>3</sup> <http://www.aviacaocivil.gov.br/noticias/2015/01/passageiros-voam-mais-e-melhor-no-brasil>  
<sup>4</sup> <http://www.aviacaocivil.gov.br>

**4. DESEMPENHO OPERACIONAL**  
**RODOVIAS**  
O tráfego consolidado em 2015 atingiu 268,6 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um crescimento de 10,4% em relação ao ano anterior, influenciado principalmente pelo: (i) início da cobrança de pedágio da Via O40 (adicionando 29,2 milhões de VEPs); e (ii) aumento do tráfego da CLN em 2,3% e LAMSAC em 1,1%.

Para comparação do segmento de Rodovias<sup>5</sup>, excluindo o efeito da Via O40, a variação do total de VEPs em 2015 comparado ao ano anterior foi de -1,6%, impactado principalmente por: (i) retração econômica do país; (ii) início da vigência da Lei dos Caminhoneiros<sup>6</sup> e (iii) no caso da LAMSA, isenção de pagamento de pedágio por retorno em até 2 horas nas vias públicas municipais (Lei nº 5980/2015).



**Indicadores Operacionais**

	2014	2015	Δ
<b>Rodovias (MM)</b>			
Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs	243,3	268,6	10,4%
Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs Comparáveis <sup>1</sup>	243,3	239,4	-1,6%
LAMSA	51,8	50,6	-2,4%
CLN	7,9	8,1	2,3%
CART	54,1	52,8	-2,4%
CRT	16,9	16,3	-3,3%
CBN	34,7	34,0	-2,1%
VPR	69,3	70,0	1,1%
CRA	8,6	7,5	-12,2%
Via O40	-	29,2	n.m.

(1) Bases comparáveis: exclusão da Via O40, pois possui menos de um ano de operação de cobrança de pedágio (início da operação em jul/15).  
n.m.: não mensurável.

**MOBILIDADE URBANA**  
O MetrôRio transportou 233,6 milhões de passageiros em 2015, um crescimento de 2,4% em relação ao ano anterior. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao: (i) crescimento populacional vegetativo e (ii) mudanças viárias no centro da cidade do Rio de Janeiro, que desestimularam a circulação e estacionamento de veículos particulares na região. Além disso, houve a interdição de parte da Av. Rio Branco, uma das principais avenidas do centro do Rio de Janeiro, para as obras do VLT Carioca.

**Indicadores Operacionais**

	2014	2015	Δ
<b>Mobilidade Urbana (MM)</b>			
Passageiros Transportados	228,2	233,6	2,4%
Passageiros Pagantes	207,0	211,1	2,0%
Relação Pagantes / Transportados	0,9	0,9	-0,3%

**Aerportos**  
O tráfego de passageiros em GRU Airport foi de 39 milhões no ano de 2015, apresentando uma redução de 1,4% em relação ao ano anterior. A diminuição de 2,3% dos passageiros domésticos pode ser explicada pela retração econômica e por algumas companhias aéreas domésticas terem reduzido o número de assentos. Mesmo com a volatilidade cambial o número de passageiros internacionais permaneceu estável em 2015 ante 2014.

<sup>1</sup> Lei dos Caminhoneiros - nº 13.103 - Art. 17. Os veículos de transporte de cargas que circularem vazios não pagarão taxas de pedágio sobre os eixos que mantiverem suspensos.  
A movimentação de cargas no conjunto de importação e exportação sofreu redução de 7,9% no acumulado do ano. Esta queda foi menor que a média no Brasil que registrou perda de 13,0%. Esta variação pode ser explicada principalmente por: (i) grande volume de produtos farmacêuticos com demanda inelástica nas importações e (ii) aumento das exportações motivado pela desvalorização cambial, tornando competitivos os produtos nacionais.

**Indicadores Operacionais**

	2014	2015	Δ
<b>Aerportos</b>			
<b>Passageiros Total (MM)</b>	<b>39,5</b>	<b>39,0</b>	<b>-1,4%</b>
Internacional	13,5	13,6	0,0%
Doméstico	26,0	25,4	-2,3%
<b>Movimento total de Aeronaves (Mil)</b>	<b>304,6</b>	<b>295,0</b>	<b>-3,1%</b>
Internacional	81,0	79,0	-2,5%
Doméstico	223,6	216,0	-3,4%
<b>Carga Total (Mil toneladas)<sup>3</sup></b>	<b>260,7</b>	<b>240,2</b>	<b>-7,9%</b>
Companhias Aéreas <sup>2</sup>	50,0	48,0	-4,0%
Vagas de Estacionamento <sup>4</sup>	8.345,0	8.452,0	1,3%
Estabelecimentos Comerciais <sup>4</sup>	244,0	238,0	-2,5%

(2) Posição estática de dezembro de cada ano, considera apenas as companhias aéreas que realizam voos regulares.  
(3) Incluindo vagas para motocicletas.  
(4) Não considerados ATM, Vending Machines, Secure Bags, comodato, locações temporárias e depósitos.

**RODOVIAS**  
CART  
• Conforme previsto no contrato de concessão, foi autorizado o reajuste de 8,47% nas tarifas de pedágio a partir de julho de 2015.  
• Duplicação de aproximadamente 42 km das vias do trecho principal e investimento em melhorias nas vias vicinais.  
• Redução de 17,69% no número de acidentes consequência do investimento em melhorias e infraestrutura das vias.

**2** ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil.  
CLN  
• Extensão do prazo de concessão por mais 15 anos (até 2050) com a Assinatura do 2º Termo Aditivo de Re-afirmação do contrato de concessão em maio de 2015.  
• Em agosto de 2015, foi reajustada a tarifa de pedágio em 7,57%.

**CRA**  
• Reajuste tarifário em janeiro de 2015 passando a tarifa básica de R\$ 6 para R\$ 6,60.  
• Em setembro de 2015, a CRA foi anunciada pelo Instituto Great Place to Work (GPTW) entre as 10 melhores empresas para se trabalhar em Pernambuco.

**CRT**  
• A Agência classificadora de risco, Fitch Ratings manteve o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia em 'AA(bra)' com perspectiva estável.  
• Em outubro de 2015, a CRT atendendo a decisão judicial e a ANTT<sup>3</sup>, fechou o retorno que existia em frente à praça de pedágio PN1. Tal medida melhorou a segurança da rodovia.

**LAMSA**  
• Reajuste tarifário em janeiro de 2015 passando a categoria básica de R\$ 5,50 para R\$ 5,90, conforme previsto no contrato de concessão.  
• Promulgação da Lei nº 5980/2015 que isenta o pagamento de pedágio por retorno em até 2 horas nas vias públicas do Rio de Janeiro, entrou em vigor em 21 de setembro de 2015.

• Investimentos realizados durante o ano: conclusão do Projeto *Retrolift* da sede, modernização da praça de pedágio e reconstrução da alça de acesso do A4.  
PEX Brasil  
• Autorização concedida pela ANTT<sup>3</sup> para atuação em rodovias federais.

**Via O40**  
• Duplicação de 56,3 km do trecho de concessão e conclusão dos trabalhos iniciais de recuperação da via.  
• Em 30 de julho de 2015, teve início a operação de arrecadação de 9 praças de pedágio após autorização da ANTT<sup>3</sup>. Em 23 de agosto de 2015, as 2 praças restantes iniciaram a cobrança, totalizando as 11 praças, conforme contrato de concessão.

**ViaRio**  
• Em abril de 2015 foram emitidas Debêntures no montante de R\$ 400 milhões.  
• Em maio de 2015, a emissão de Debêntures dos títulos Enxerto Vello e Bana; (ii) desapropriação e liberação de todas as áreas para a implantação do Corredor Expresso Transolímpico; (iii) pontes e viadutos conforme previsto em contrato.

**CBN**  
• Em agosto de 2015, foi reajustada a tarifa de pedágio em 7,57%.  
• Em julho de 15 a CBN iniciou nova etapa na construção da Via Metropolitana Camaçari - Lauro de Freitas.

<sup>3</sup> ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres  
LAMSAC  
• Conclusão das obras civis do túnel por baixo do Rio Rimaq em dezembro de 2015.  
• Continuidade das demais obras (acessos e viadutos). De acordo com o novo cronograma aprovado pelo poder concedente, as obras terminarão em julho de 2016.

• O tráfego de veículos leves em 2015 foi impulsionado em parte pelo aumento de capacidade devido ao "carrão carril", abertura de faixa adicional ao longo de 9 km da via, e pelo aumento do fluxo de veículos leves devido aos desvios da Pista Central pelas obras da Linha 2 do Metrô de Lima.

**Mobilidade Urbana**  
**MetrôRio**  
• Em abril de 2015, entrou em vigor o novo valor de tarifa de R\$ 3,70, aprovado pela Agetransp<sup>4</sup> em fevereiro de 2015. O percentual de reajuste aprovado foi de 3,98%, conforme variação do índice IGP-M.  
• Em julho de 2015, a Moody's América Latina (Moody's), elevou o *rating* da Companhia, passando a escala Nacional (Brasil) de A3.b para Aa2.b e a escala Global de Ba3 para Ba2, ambos com perspectiva positiva.

• Em setembro de 2015, a Diretoria do MetrôRio propôs ao Conselho de Administração a distribuição de juros sobre o capital próprio (JSCP) no montante de R\$ 45,9 milhões, com base no resultado acumulado até julho de 2015.  
**MetrôBarra**  
• Em agosto de 2015, os últimos 3 trens da Linha 4 chegaram no Rio de Janeiro, totalizando 15 trens.  
• Em dezembro de 2015, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures privadas, com

esforços restritos no valor de R\$ 600 milhões.  
• MetrôRio e MetrôBarra firmaram contrato de locação dos trens da Linha 4 para utilização nas linhas VLT 2 do sistema metropolitano do Rio de Janeiro.  
• No último trimestre de 2015, chegaram de La Rochelle, França, 2 trens do VLT Carioca do Rio de Janeiro. No total serão utilizados 32 trens, sendo 5 produzidos na França e os outros 27 no Brasil, por meio de acordo de transferência de tecnologia.  
• Avanço das obras de implantação nos seguintes projetos: (i) infraestrutura de vias permanentes; (ii) construção do CIOM (Centro Integrado de Operação e Manutenção); e (iii) superestrutura de via permanente.

• AGETRANS<sup>4</sup> - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro.

**Aerportos**  
GRU Airport  
• Continuidade da reforma e ampliação dos Terminais 1 e 2, das obras de alargamento das pistas e a implementação de diversos sistemas que aumentarão a eficiência, confiabilidade e segurança das operações do aeroporto e; centralização do embarque doméstico e do setor de raio-X, juntamente com a nova numeração dos terminais.  
• Em abril de 2015, ocorreu a 2ª emissão de Notas Promissórias de GRU, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no valor nominal de R\$ 314 milhões.  
• Em outubro de 2015, GRU Airport obteve a autorização da ANAC<sup>2</sup> para receber a aeronave A380, após realizar uma série de investimentos no sistema de pistas e estabelecer uma rota padronizada de taxiamento.

• Em outubro de 2015, foi concluída a alienação de 10% das ações do capital social de GRUPAR para a ACSA pela Invepar.  
• Em outubro de 2015, a agência de classificação de risco Fitch Ratings ("Fitch") rebaixou o rating de crédito local da 1ª e 2ª Emissão de Debêntures de GRU Airport para 'AA-(bra)', com perspectiva negativa.  
• Em dezembro de 2015, ocorreu a inauguração da nova área de embarque no Terminal 2 e ajustes na nomenclatura e remuneração dos terminais e portões.

**3. CONTEXTO SETORIAL**  
**RODOVIAS**  
O ano de 2015 foi marcado por adversidades que impactaram a maioria dos setores produtivos brasileiros. As expectativas de retração do nível de atividade da economia nacional se confirmaram e complementaram o cenário desfavorável de desempenho e por consequência queda de consumo, de alta taxa de inflação, desvalorização na taxa de câmbio e deterioração das contas públicas. Segundo o índice ABCR<sup>1</sup>, o movimento nas estradas do país teve queda de 1,8% em relação a 2014. Em relação ao fluxo de veículos, o resultado é uma queda de 6,0% em veículos pesados nas rodovias concedidas e em veículos leves também foi percebida, embora em ritmo menor, uma queda de 0,4%. Além do ambiente macroeconômico, outra questão que impactou o setor foi a entrada em vigor da Lei dos Caminhoneiros - nº 13.103 em abril de 2015, determinando a isenção de pedágio para cada eixo suspenso de veículos que circularem vazios.

Em relação a economia peruana<sup>2</sup> o ano de 2015 apresentou um crescimento do PIB de 3,3%, acima do crescimento de 2014 que ficou em 2,4%. O índice de inflação medido ao consumidor, foi de 3,55%, em linha com a inflação de 2014, que apresentou variação positiva de 3,25%. A moeda peruana sofreu desvalorização durante o ano de 14,4%, saindo S/ 2,98 para S/ 3,41 por dólar em 31 de dezembro 2014 e 2015, respectivamente.

<sup>1</sup> <http://www.abcr.org.br/Conteudo/Noticia/9809/indice-abcr-recua-1-8-em-2015-na-comparacao-com-2014.aspx>  
<sup>2</sup> <http://www.bcn.gov.pe/>

**MOBILIDADE URBANA**  
Em um país onde cada vez mais pessoas gastam muito tempo no trânsito em seus deslocamentos diários, certamente o tema mobilidade urbana continuará sendo alvo de pesquisas, debates e estudos. De acordo com levantamento realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com 2.002 pessoas em 142 municípios, o percentual da população que tem passado mais de uma hora no trânsito por dia, seja para ir ao trabalho ou para estudar, aumentou de 26% em 2011 para 31% (e para 39% nas cidades com mais de 100 mil habitantes) em 2015.

As soluções para melhorar a fluidez no tráfego dos grandes centros urbanos passam pelo desenvolvimento e uso de diferentes modais: vias expressas que cortam cidades e reduzem o tempo de deslocamento, diversos tipos de melhoria e incentivo ao uso do transporte público (metrô, trem, ônibus, VLT, BRT), assim como investimento em ciclovias.

A Invepar atua como protagonista em grande parte dessas respostas, especialmente no Rio de Janeiro, onde opera as Linhas 1 e 2 do metrô. Em breve, também a Linha 4 do metrô e o VLT Carioca. Em linha com a proposta de trabalhar o conceito de mobilidade inteligente e promover integração em diferentes modais aos seus usuários, a Invepar patrocina e participa de eventos que debatem alternativas para o futuro das áreas urbanas, como o Congresso Internacional Cidades & Transportes, realizado no Rio de Janeiro nos dias 10 e 11 de setembro de 2015, e a Cúpula dos Prefeitos, no dia 9 de setembro.

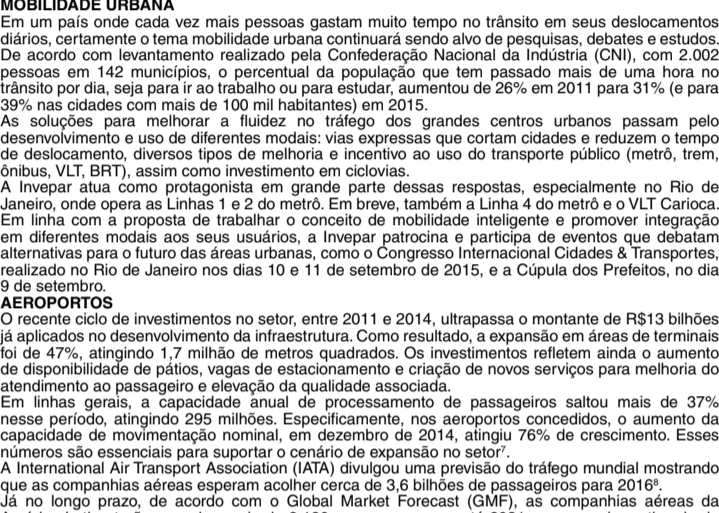
**AEROPORTOS**  
O recente ciclo de investimentos no setor, entre 2011 e 2014, ultrapassa o montante de R\$13 bilhões já aplicados no desenvolvimento da infraestrutura. Como resultado, a expansão em áreas de terminais foi de 47%, atingindo 1,7 milhão de metros quadrados. Os investimentos refletem ainda o aumento da capacidade de movimentação nominal, em dezembro de 2014, atingiu 76% de crescimento. Esses números são essenciais para suportar o cenário de expansão no setor.<sup>3</sup>

A International Air Transport Association (IATA) divulgou uma previsão do tráfego mundial mostrando que as companhias aéreas esperam acolher cerca de 3,6 bilhões de passageiros para 2016!<sup>4</sup> Já no longo prazo, de acordo com o Global Market Forecast (GMF), as companhias aéreas da América Latina terão uma demanda de 2.120 novas aeronaves até 2031, em um valor estimado de US\$ 242 bilhões. Em termos mundiais, até 2031, espera-se a necessidade de cerca de 28.200 novas aeronaves, no valor de US\$ 4 trilhões, para atender a demanda projetada do mercado global.

<sup>3</sup> <http://www.aviacaocivil.gov.br/noticias/2015/01/passageiros-voam-mais-e-melhor-no-brasil>  
<sup>4</sup> <http://www.aviacaocivil.gov.br>

**4. DESEMPENHO OPERACIONAL**  
**RODOVIAS**  
O tráfego consolidado em 2015 atingiu 268,6 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um crescimento de 10,4% em relação ao ano anterior, influenciado principalmente pelo: (i) início da cobrança de pedágio da Via O40 (adicionando 29,2 milhões de VEPs); e (ii) aumento do tráfego da CLN em 2,3% e LAMSAC em 1,1%.

Para comparação do segmento de Rodovias<sup>5</sup>, excluindo o efeito da Via O40, a variação do total de VEPs em 2015 comparado ao ano anterior foi de -1,6%, impactado principalmente por: (i) retração econômica do país; (ii) início da vigência da Lei dos Caminhoneiros<sup>6</sup> e (iii) no caso da LAMSA, isenção de pagamento de pedágio por retorno em até 2 horas nas vias públicas municipais (Lei nº 5980/2015).



A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 3,4 bilhões no ano de 2015, um crescimento de 12,5% comparado ao ano anterior. Os principais impactos foram:

**Rodovias:** crescimento de R\$ 257,3 milhões (+34,1%) em relação a 2014, principalmente por: (i) R\$ 134,6 milhões da Via O40 devido ao início da cobrança de pedágio, 9 praças de pedágio foram inauguradas em 30 de julho e as outras 2 em 23 de agosto; (ii) R\$ 85,4 milhões da LAMSAC devido ao acréscimo dos veículos equivalentes pagantes, do reajuste tarifário em dezembro de 2014 e impacto com a variação cambial; (iii) R\$ 21,9 milhões da CART, devido ao reajuste tarifário em julho de 2015 e pela reclassificação tarifária das praças de pedágio no segundo semestre; e (iv) R\$ 12,1 milhões da LAMSA devido ao reajuste tarifário no início do ano, sendo compensado negativamente pela Lei nº 5980/2015, que isenta de pagamento de pedágio por retorno em até 2 horas.

**Mobilidade Urbana:** atingiu R\$ 775,6 milhões em 2015 (+10,5%) impactado pelos efeitos do MetrôRio, como reajuste tarifário, de R\$ 3,50 para R\$ 3,70 (+5,4%), vigorando a partir de 2 de abril. Contribuiu também o crescimento da demanda, ainda que menor que em anos anteriores, em função da atual conjuntura econômica.

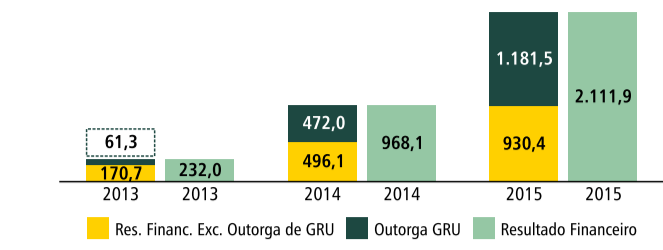
**Aerportos:** crescimento de R\$ 48,5 milhões (+3,1%) em relação ao ano anterior, impulsionado principalmente pelo: (i) aumento da receita de cargas em virtude da desvalorização cambial e (ii) incremento da receita com estacionamento com novas vagas e estratégia comercial.

**CUSTOS E DESPESAS**

	2014	2015	Δ
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais</b>	<b>(5.100,1)</b>	<b>(5.006,2)</b>	<b>-1,8%</b>
Pessoal	(572,2)	(603,7)	5,5%
Conservação & Manutenção	(219,7)	(274,9)	25,1%
Operacionais	(314,0)	(387,1)	23,3%
Outorga Variável	(195,2)	(188,0)	-3,7%
Despesas Administrativas	(281,5)	(319,1)	13,4%
Custo de Construção (IFRS)	(2.649,9)	(2.203,4)	-16,9%
Provisão para Manutenção (IFRS)	(28,0)	(17,8)	-36,3%
Depreciação & Amortização	(839,6)	(979,3)	16,6%
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais Ajustados<sup>(1)</sup></b>	<b>(2.422,2)</b>	<b>(2.784,9)</b>	<b>15,0%</b>

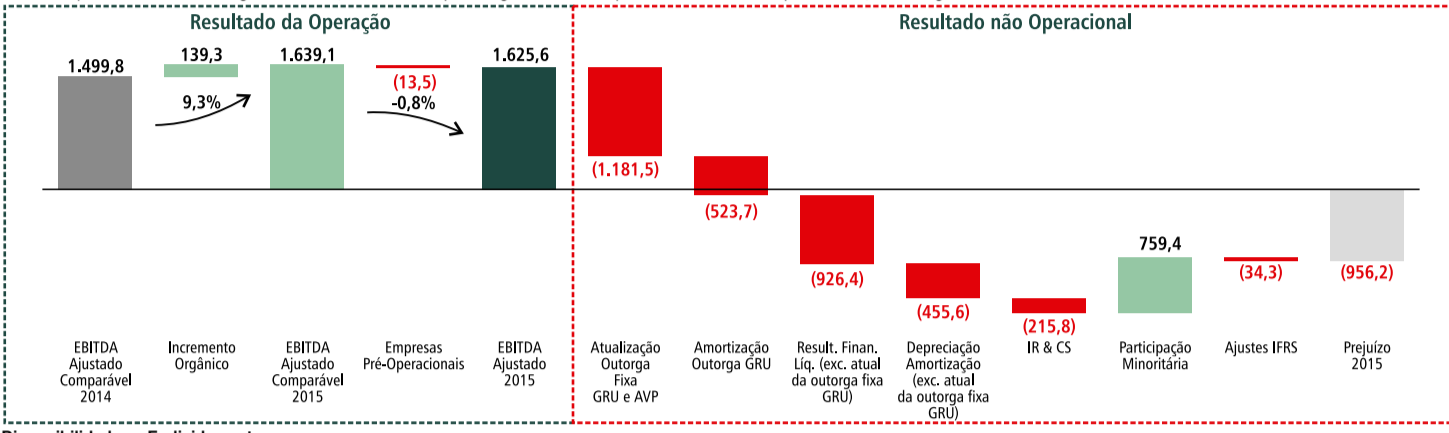
**EBITDA e Margem EBITDA**

	2014	2015	Δ
<b>RS MM</b>	<b>(8,5)</b>	<b>(13,7)</b>	<b>61,9%</b>
<b>Equivalência Patrimonial</b>	<b>622,5</b>	<b>612,1</b>	<b>-1,7%</b>
<b>EBIT</b>	<b>622,5</b>	<b>612,1</b>	<b>-1,7%</b>
(+) Depreciação & Amortização	839,6	979,3	16,6%
<b>EBITDA(1)</b>	<b>1.462,2</b>	<b>1.591,4</b>	<b>8,8%</b>
<b>Ajustes</b>	<b>(20,2)</b>	<b>34,3</b>	<b>-270,1%</b>
(-) Receita de Construção (IFRS)	(2.698,1)	(2.219,7)	-17,7%
(+) Custo de Construção (IFRS)	2.649,9	2.203,4	-16,9%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS)	28,0	17,8	80,7%
(+) Outros (IFRS)	-	32,8	n.m.
<b>EBITDA Ajustado(2)</b>	<b>1.442,0</b>	<b>1.625,6</b>	<b>12,7%</b>
<b>Receita Líquida Ajustada(2,3)</b>			



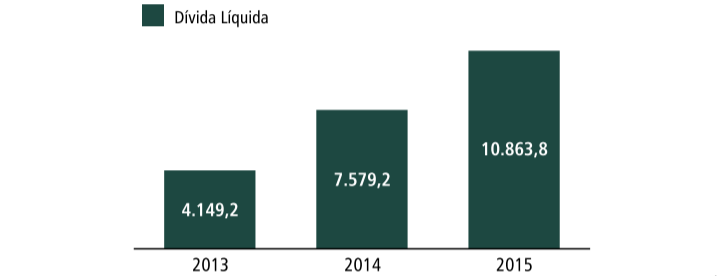
Da parcela restante do resultado financeiro (R\$ 930,4 milhões), o impacto líquido negativo relativo exclusivamente a juros e correção monetária de empréstimos contraiados para fazer face ao plano de investimentos das empresas foi de R\$ 504,9 milhões, sendo compensado pela variação cambial positiva da LAMSAC, que contribuiu com R\$ 70,6 milhões.

Importante ressaltar que mesmo em um ano desafiador do ponto de vista econômico, a geração de caixa consolidada, medida pelo EBITDA ajustado comparável cresceu 9,3% em relação a 2014. Conforme pode ser verificado no gráfico abaixo, o resultado líquido negativo foi consequência de efeitos não operacionais, sendo alguns deles não caixa.



**Disponibilidades e Endividamento**

	2014	2015	Δ
<b>Consolidado RS MM</b>			
<b>Divida Bruta</b>	8.990,3	11.686,1	30,0%
Curto Prazo	949,8	3.033,9	141,4%
Longo Prazo	8.040,5	8.652,2	16,8%
<b>Disponibilidades</b>	1.411,1	822,3	-41,7%
Caixa e Equivalentes de Caixa	341,5	212,8	-37,7%
Aplicações Financeiras	1.069,6	609,5	-43,0%
<b>Divida Líquida</b>	7.579,2	10.863,8	43,3%



O grupo Invepar encerrou o ano de 2015 com saldo de caixa e aplicações financeiras no total de R\$ 822,3 milhões. A variação no saldo ocorreu devido aos diversos investimentos nos segmentos de atuação e obrigações financeiras do grupo.

A dívida bruta consolidada da Companhia atingiu R\$ 11,7 bilhões no ano de 2015, representando um aumento de R\$ 2,7 bilhões (+30,0%) em relação ao ano anterior. O montante da dívida com vencimento no longo prazo representou 74%. O crescimento do endividamento desde 2013 ocorreu em razão das captações de empréstimos para os investimentos das novas concessões que entraram no portfólio da Invepar desde então. Esta tendência é natural em projetos de infraestrutura (para mais detalhes vide seção "Entendendo o Setor de Infraestrutura" ao final do relatório).

Em 2015 destacam-se:

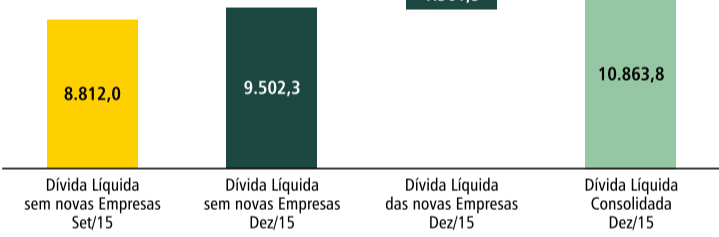
- Principais captações no 1º trimestre de 2015:**
  - A *holding* realizou a 1ª emissão de Notas Promissórias da Companhia, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no valor nominal de R\$ 250 milhões;
  - Na LAMSAC, houve liberação de R\$ 250 milhões do financiamento contratado;
  - O BNDES liberou empréstimos para a CART no valor de R\$ 331 milhões.
- Principais captações no 2º trimestre de 2015:**
  - A *holding* e GRU realizaram a 2ª emissão de Notas Promissórias, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no valor nominal de R\$ 370 milhões e R\$ 314 milhões, respectivamente;
  - Na Via O40 houve liberação de R\$ 117MM do empréstimo ponte com o BNDES.
- Principais captações no 3º trimestre de 2015:**
  - A *holding* captou R\$ 110 milhões através de CCB;
  - Na LAMBARA, houve captação de R\$ 79 milhões;
  - Na Via O40 houve liberação de R\$ 88MM do empréstimo ponte com o BNDES.
- Principais captações no 4º trimestre de 2015:**
  - A *holding* emitiu R\$ 2 bilhões em debêntures quitando a dívida existente de R\$ 1,2 bilhões.
  - A MetrôBarra rolou debêntures de R\$ 600 milhões.

Além das captações de empréstimos ocorridas no período, a variação cambial sobre a parcela da dívida em moeda estrangeira da LAMSAC (no Peru) teve impacto na dívida quando convertida para R\$.

	31/12/2014	31/12/2015	Δ
BRUPEN	0,89	1,15	29,7%
BRUJSD	2,66	3,91	47,1%

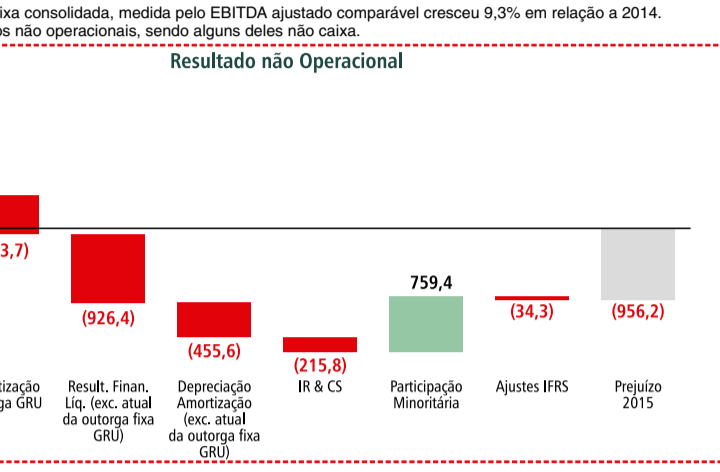
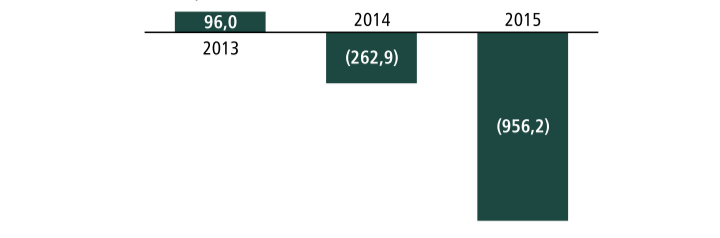
**Bases Comparáveis**

Atualmente, o portfólio da Invepar possui 4 novas empresas: MetrôBarra, VLT e ViaRio em fase pré-operacional e Via O40 que possui menos de um ano de operação. Nessa fase, as empresas geram mais custos e despesas do que receita, além de endividamento por conta dos elevados investimentos.



**Resultado do Exercício**

O resultado negativo de R\$ 956,2 milhões foi impactado pelo aumento das despesas, principalmente devido à correção monetária e amortização da outorga fixa de GRU, pelas despesas financeiras com empréstimos e financiamentos contraiados pelas empresas, assim como à maior depreciação em função do Terminal 3 em GRU Airport.



**RSMM**

	2014	2015
<b>Rodovias</b>	1.391,3	1.391,3
LAMSA	48,1	48,1
CLN	2,0	2,0
CART	146,6	146,6
LAMBRA	73,9	73,9
LAMSAC	623,6	623,6
PEX	0,4	0,4
Via O40	496,8	496,8
<b>Mobilidade Urbana</b>	559,3	559,3
MetrôRio	95,8	95,8
MetrôBarra	463,5	463,5
<b>Aerportos</b>	274,7	274,7
GRU Airport	274,7	274,7
<b>Holding</b>	2,9	2,9
<b>Total Investido (1)</b>	2.228,2	2.228,2
Capitalização do Resultado Financeiro	237,1	237,1
Outros Efeitos Não Caixa (2)	494,9	494,9
Margem de Construção	16,3	16,3
Variação Cambial - LAMSAC	430,9	430,9
<b>Total Investido (conciliação contábil)</b>	3.407,4	3.407,4

(1) Investimento apresentado sob a ótica de caixa, excluindo os valores da outorga fixa de GRU Airport, assim como outros efeitos não caixa para aproximar ao máximo do investimento financeiro.

(2) Aquisição de imóvel e intangível ainda não liquidado, impactado principalmente por: LAMSAC R\$ 322,6, Via O40 R\$ 51,6 e MetrôBarra R\$ 68,3.

**CART:** (i) obras de duplicação; (ii) implantação e melhoria dos dispositivos; (iii) implantação dos postos de passageiros; e (iv) projetos de gestão ambiental.

**LAMSAC:** (i) conclusão da construção do túnel de 2 km por baixo do Rio Rímac e avanço dos viadutos projetados; e (ii) reassentamento de famílias.

**Via O40:** (i) construção das praças de pedágio; (ii) duplicação de trechos da rodovia; e (iii) trabalhos de conservação especial e recuperação de vicinias.

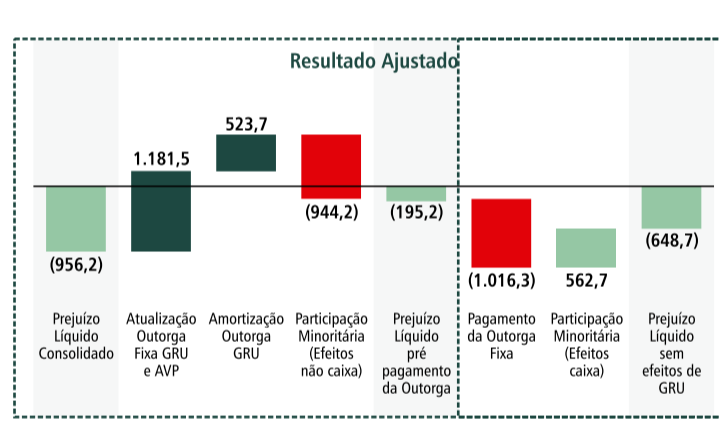
**MetrôRio:** (i) Construção do estacionamento de trens na Central; (ii) Remodelagem do Prédio Administrativo do Centro de Manutenção; (iii) Cabeamento estruturado em Thomaz Coelho; (iv) Adequação dos andares do Centro Administrativo; e (v) Sinalização – ATP (Proteção automática de trens) linha 2.

**MetrôBarra:** (i) Chegada dos 15 novos trens para a Linha 4. Os trens foram fabricados na China e, após desembarcarem no Rio de Janeiro, ainda passam por testes finais, de comunicação de rádio e do piloto automático, além de sistemas.

**GRU Airport:** (i) continuidade da reforma e ampliação dos Terminais 1 e 2; (ii) alargamento das pistas; e (iii) implementação de diversos sistemas que aumentarão a eficiência, confiabilidade e segurança das operações do aeroporto, como o BMS (Building Management System), Sistema de docagem de aeronaves VDGS, Sistema de comando e controle para segurança patrimonial.

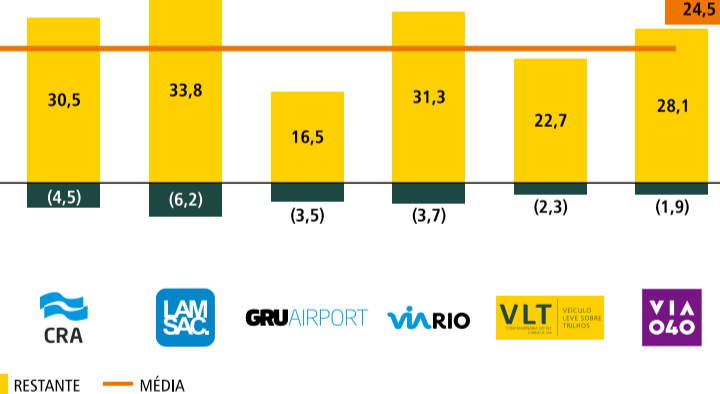
**Resultado Ajustado (Não IFRS)**

Tendo em vista que a contabilização da outorga fixa de GRU Airport possui efeitos não caixa, apresentamos nesta seção o impacto no resultado caso o tratamento contábil refletisse um arrendamento mercantil (ajuste para o efeito caixa). O resultado consolidado da Invepar sobe de R\$ 956,2 milhões para R\$ 648,7 milhões negativo.



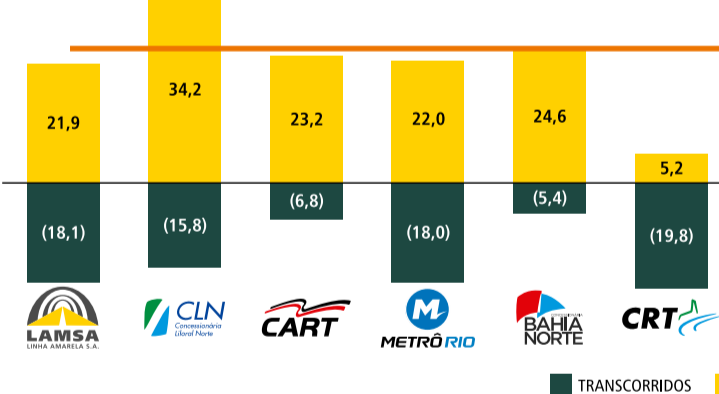
**Entendendo o Setor de Infraestrutura**

A Invepar é uma empresa de infraestrutura com grande prazo remanescente de concessão, alcançando uma média de 24,5 anos em 31/12/2015. Este indicador mostra que na média as concessões da Invepar são novas, e por conta disto passam atualmente por um período inicial de fortes investimentos.



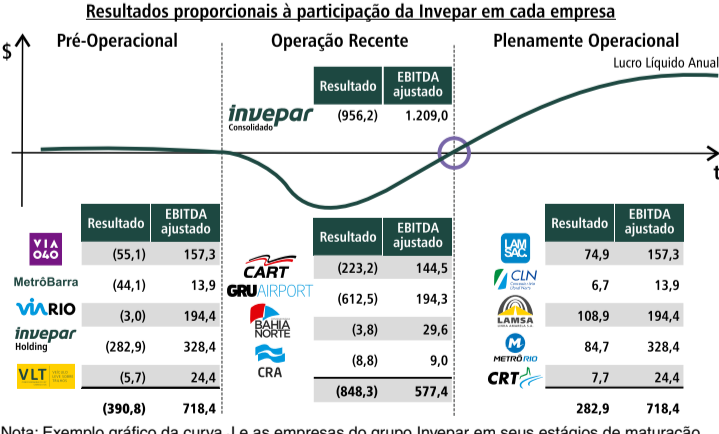
**Principais Investimentos**

Em 2015, os investimentos totalizaram R\$ 2,2 bilhões, dos quais R\$ 1,4 bilhões em Rodovias, R\$ 559,3 milhões em Mobilidade Urbana, R\$ 274,7 milhões em Aeroportos e R\$ 2,9 milhões na Holding.



Durante o período inicial de investimentos, é esperado que as Concessões apresentem resultados negativos até que se atinja a maturidade dos seus investimentos. Esse padrão é natural para o estágio inicial em que grande parte das concessões da Invepar se encontram. Este é o comportamento típico em projetos de infraestrutura, em que no início há geração de caixa negativa e com a maturidade das operações os resultados operacionais são crescentes e possuem pouca volatilidade (conhecido como curva J, onde nos anos iniciais de grandes investimentos são esperados resultados negativos que são compensados por resultados crescentes ao longo da concessão).

Ciclo de maturação Invepar em números



Nota: Exemplo gráfico da curva J e as empresas do grupo Invepar em seus estágios de maturação. As empresas **Plenamente Operacionais** apresentam maturidade e resiliência operacional, sendo demonstrado por seus resultados positivos. No ano de 2015, o total do lucro líquido foi de R\$ 282,9 milhões, valor 35,3% superior ao ano de 2014.

As empresas de **Operação Recente** iniciaram recentemente suas operações e ainda passam por um período de *ramp-up*. Esta fase se inicia após período de elevado volume de investimentos. No ano de 2015, alcançaram um EBITDA ajustado de R\$ 577,4 milhões, um crescimento de 1,5% em relação a 2014. Esse segmento de empresas de operação recente teve um prejuízo de R\$ 848,4 milhões. Esse resultado negativo foi ocasionado principalmente pela contabilização da outorga fixa do Aeroporto de Guarulhos (impacto no resultado de R\$ 761,0 milhões, 90% do total).

O grupo de empresas **Pré-Operacionais** e a *Holding* refletem a fase de investimentos do grupo. Em 2015, apresentaram elevado volume de investimentos, de R\$ 1,2 bilhão. Os investimentos devem-se, principalmente, à aquisição e chegada dos 15 novos trens para a Linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro, e à construção das praças de pedágio e duplicação de trechos da Via O40. Neste grupo houve um aumento do prejuízo líquido por conta de despesas pré operacionais e por conta de juros provenientes de financiamentos para fazer face aos investimentos.

O consolidado evidencia que a Invepar possui um conjunto maior de empresas em estágios iniciais de maturidade, portanto a Invepar como um todo encontra-se no **Estágio de Operação Recente**.

**6. Gestão e Estratégia Estratégia**

Após o período de 2015, a Invepar promoveu uma série de atividades envolvendo acionistas e corpo diretivo para definir seus objetivos estratégicos de longo prazo, levando em consideração o momento atual de consolidação dos negócios e de uma futura expansão. Ratificou seu foco de atuação nos três segmentos em que atua – concessão de rodovias, aeroportos e mobilidade urbana –, assim como reforçou a importância de fortalecer os controles internos e processos, com estabelecimento de padrões e integração entre as diversas áreas da empresa, e de formar líderes e sucessores.

Objetivos de longo prazo:

- Consolidar e expandir a sua atuação nos segmentos de concessões de rodovias, aeroportos e mobilidade urbana
- Fortalecer os controles internos e processos, por meio de um sistema de gestão robusto, que garanta a perenidade da empresa
- Criar uma cultura forte com foco em eficiência operacional, criação de valor e qualidade de serviços
- Aprimorar continuamente sua política de gestão do conhecimento e de formação e sucessão de líderes
- Otimizar sua estrutura de capital
- Aprimorar a cultura do relacionamento institucional

**Ética e Transparência**

O canal de ética, implementado juntamente com o novo Código de Ética e Conduta da Invepar, registrou 96 denúncias ao longo de 2015. Destas, apenas 11 não haviam sido averiguadas ou concluídas até o fechamento deste relatório. No período não houve denúncia de corrupção ou suborno. O canal de ética tem atendimento terceirizado e especializado, visando garantir o anonimato das denúncias e incrementar a eficiência de seu processamento. Pode ser acessado por web, telefone ou e-mail. Todas as denúncias têm sua veracidade e procedência verificadas e, caso necessário, são adotadas medidas corretivas. Para 2016 está previsto o início das atividades do canal de denúncias exclusivo de GRU Airport, assim como uma série de apresentações sobre a utilização e os resultados obtidos pelo canal de ética.

**Recursos Humanos**

Na Invepar os colaboradores são sua imagem direta perante os usuários. Por essa razão, o cuidado na realização de processos de seleção, contratação de pessoal e retenção de talentos é prática habitual. As empresas da Invepar também estão sempre atentas às legislações trabalhistas e procuram respeitar as individualidades.

O quadro de colaboradores próprios da Invepar aumentou 8% em relação a 2014, saltando de 7.963 para 8.585 em 2015. O aumento deve-se principalmente à VLT e à Via O40, na primeira, devido ao processo de migração da implantação para a operação, já que a operação iniciará em 2016, e a segunda, devido à entrada em operação.

**Gestão por competências**

O modelo de gestão por competências passou por uma atualização para refletir as atitudes e habilidades correlacionadas com o novo momento do grupo Invepar. Mais simples e prático, o novo modelo avalia quatro competências – cliente, gente, resultado e visão –, quatro comportamentos por competência e é aplicável para todo o quadro de colaboradores.

**Desenvolvimento profissional**

Em 2015, a média de horas de treinamento totalizou 48,93 colaborador/ano, valor inferior ao apresentado em 2014 (57,97 colaborador/ano). A diferença pode ser explicada pelas variações nos quadros de colaboradores, pela existência de treinamentos com periodicidade superior a um ano e por categorias funcionais que não receberam treinamento. Isso significa que o grupo, no geral, manteve o ritmo de capacitações conforme suas necessidades.

**Saúde, segurança e qualidade de vida**

No final de 2014, a Invepar aprovou junto aos seus acionistas a Política Integrada de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS), estabelecendo diretrizes para as empresas do grupo Invepar no que diz respeito à segurança e a saúde de seus funcionários, usuários, fornecedores e comunidades adjacentes às suas concessões, bem como à proteção ao meio ambiente.

A sequência foi estabelecido o grupo de SMS, que conta com a participação de gestores e coordenadores das áreas de saúde e segurança ocupacional das empresas controladas, além das áreas de RH, Riscos Corporativos e Responsabilidade Social da *holding*.

Em 2015, foi registrada queda na taxa de acidentes de trabalho do grupo, apesar do impacto negativo de alguns fatores, como o aumento do número de colaboradores, da entrada em operação da Via O40, e do VLT Carioca ter passado a monitorar seus dados.

**Ferramentas de Gestão**

**Projeto Consolidar: novo modelo de gestão**

Após o mapeamento de riscos feito no ano anterior, em 2015 foi dada continuidade ao processo de implementação da área de Gestão de Riscos Corporativos, com a definição das políticas de risco e a consolidação do trabalho na *holding* e nas empresas controladas pela Invepar. Foram implementados os Comitês de Risco em todas as empresas, que acompanham trimestralmente o avanço da mitigação dos riscos identificados e se reúnem semestralmente para reportar o andamento das ações adotadas à sua diretoria. Essas informações são compiladas e repassadas ao Comitê Executivo da Invepar e ao Comitê de Auditoria.

Dessa forma, a Invepar busca garantir a segurança de seus usuários e a disponibilidade do serviço prestado, assim como promover a mitigação dos riscos em suas mais diversas naturezas e garantir retorno para o acionista.

**Gestão estratégica de processos**

No ano de 2015, a Invepar avançou na implantação do BPM (Business Process Management), uma metodologia que uma gestão de negócios e tecnologia da informação com o objetivo de otimizar resultados por meio de melhorias nos processos.

Foram contemplados ou se encontram em fase final de implantação 25% dos processos das cadeias de valor das empresas controladas, sendo dez no segmento de rodovias, cinco no MetrôRio e seis em GRU Airport. Já se notam melhorias referentes à qualidade das informações, integração entre diversas áreas e trabalho em equipe. Na LAMSA, por exemplo, houve uma significativa redução na violação do pagamento de pedágio.

**Gestão de Contratos de Engenharia**

No ano de 2015 a Diretoria de Engenharia, em suas diversas atividades, atuou em parceria com as Concessionárias do grupo visando maximizar a sinergia entre as áreas onde destacamos o desenvolvimento de projetos padrão das Edificações adotadas em Rodovias, a criação de um Banco de Dados com Preços de Referência para itens ornamentários de rodovias e edificações que estarão disponíveis para consulta às empresas, bem como o apoio às atividades relativas à contratação e ao desenvolvimento de projetos, a otimização dos orçamentos envolvidos com o projeto de *retrofit* para GRU Airport, bem como o acompanhamento das obras do VLT e as do túnel sob o Rio Rímac da LAMSAC. Ênfase também na atuação junto a área de Novos Negócios na elaboração dos Estudos de Engenharia. Neste período foi possível ainda a consolidação da estruturação do PMO *Holding* / Concessionárias, auxiliando também na etapa de planejamento de alguns projetos, onde destacamos os Serviços de Manutenção de Longo Prazo da LAMSA.

**Governança Corporativa**

Em linha com o Projeto Consolidar e buscando seguir as melhores práticas de governança do mercado, a Invepar promoveu, ao longo de 2015, uma revisão nas alçadas de seu processo decisório. Com apoio de consultoria especializada, definiu um novo modelo, denominado Novo Modelo de Governança, que pretende trazer maior agilidade ao processo, conferir maior autonomia e flexibilidade para as empresas controladas e otimizar a agenda do Conselho de Administração da Invepar, que poderá se dedicar a assuntos estratégicos.

Ainda como consequência da implantação do Projeto Consolidar, foram criadas diretorias de segmento na Invepar, o que possibilitará a *holding* exercer uma participação mais efetiva na definição e acompanhamento da estratégia das suas controladas.

A partir de 2015, passou a ser formalmente proibido pelo estatuto da Companhia o acúmulo dos cargos de Diretor Presidente e de Presidente do Conselho de Administração, prática que confere independência e profissionalismo à gestão, e já vinha sendo adotada pela Invepar.

**Responsabilidade Social Corporativa**

A gestão da responsabilidade social em cada empresa está a cargo dos Comitês de Responsabilidade Social Empresarial, que são compostos por profissionais de diversas áreas e que trabalham em linha com as diretrizes estabelecidas pela gerência de Comunicação e Responsabilidade Corporativa. A interação entre as empresas ocorre mais fortemente em três momentos do ano, quando os grupos de sustentabilidade se encontram para discutir desafios comuns, boas práticas e metodologias para acompanhamento de resultados (grupos de pontos focais). O intercâmbio de informações entre empresas e *holding* resulta no desenvolvimento dos Planos Anuais de Melhoria em Responsabilidade Social.

Ter e manter um relacionamento com as comunidades no entorno de suas concessões é uma busca constante do grupo, que se dá por meio do Instituto Invepar, criado em 2000 com o objetivo de mobilizar e apoiar iniciativas de Investimento Social Privado nessas localidades. Para uma melhor gestão desses investimentos, o Instituto realiza um pré-diagnóstico socioambiental na região onde as empresas do grupo estão inseridas, levanta recursos públicos e privados na área, identifica talentos e lideranças locais, define plano de ação emergencial para comunidades impactadas durante a implantação de novos negócios do grupo, auxilia na efetivação dos projetos comunitários com foco em educação, meio ambiente, esporte e cultura, assim como assessora as empresas no compromisso com os Objetivos do Milênio e com os princípios do Pacto Global.

Em 2015, foi estabelecida a Política de Sustentabilidade Invepar, com o objetivo de desenvolver a gestão sustentável e responsável nas suas concessões. Essa visão de gestão empresarial assegura a geração de valor para os acionistas no longo prazo, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento econômico e social das comunidades do entorno das operações do grupo, mitigando os impactos negativos, valorizando os territórios e preservando o meio ambiente. Praticando-se, dessa forma, obter uma sinergia com os desafios ambientais da sociedade, como a exaustão dos recursos naturais, as mudanças climáticas e o respeito às pessoas e *stakeholders*, por meio de relacionamentos pautados pela ética e transparência.

**Instituto INVEPAR**

Entidade criada em 2000, o Instituto Invepar orienta e apoia as iniciativas de Investimento Social Privado nas comunidades do entorno das empresas controladas. Ter e manter um bom relacionamento com as comunidades é uma busca constante do grupo.

A Invepar e o Instituto Invepar são signatários desde 2010 do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que prescreve a adoção dos dez princípios nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Com a adesão da LAMSAC ao Pacto, em 2015, todas as empresas 100% Invepar passaram a comprometer-se com a iniciativa.

Em 2015, o Instituto Invepar e as concessionárias LAMSA (RJ), CLN (BA), CART (SP) e MetrôRio (RJ) receberam as inscrições para o III Edital de Seleção de Projetos Socioambientais no período compreendido entre 16/10 a 16/11. Os projetos selecionados receberam apoio técnico e financeiro.

Em 2015, o Instituto Invepar participou de um convite da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República da construção da "Agenda de Convergência de Obras e Empreendimentos" com o objetivo de construção de uma matriz de responsabilidades baseadas no levantamento de compromissos prioritários em cada fase da obra, e identificação das principais violações de direitos humanos de crianças e adolescentes a elas associadas.

**Gestão de Comunicação Estratégica**

Há três anos a Invepar vem estruturando uma gestão de comunicação que permeie todas as empresas do grupo, tendo alcançado em 2015 um alto nível de integração, em linha com as premissas do Projeto Consolidar. No período foi promovida uma revisão da política de comunicação, com a definição do fluxo de aprovação de materiais publicitários e de outras formas de comunicação que compõem as receitas não-tarifárias.

Dessa maneira, a área de comunicação amplia sua atuação como guardiã da marca e da política de comunicação da organização, garantindo que não apenas as ações internas, mas também as de terceiros, estejam de acordo com as diretrizes da Invepar e dos acionistas. Buscando a integração, foi promovido um encontro entre as áreas de comunicação dos acionistas e o grupo de comunicação das empresas. Nessa oportunidade foi apresentada a estratégia atual e definida a de 2016.

Por meio do Plano Estratégico de Comunicação, que estabelece as regras para gerenciamento da comunicação na *holding* e nas controladas, a área continua atuando para que a marca Invepar esteja cada vez mais fortalecida e presente como fonte de informação nos veículos de comunicação regionais, nacionais e especializados.

**Perspectivas**

Após um período de forte crescimento, a Invepar se mantém concentrada no ciclo de consolidação de seus negócios e reforço de seu modelo de gestão. Diversas iniciativas estão sendo implementadas, com o objetivo de capturar sinergias do portfólio de negócios atuais e identificar oportunidades de crescimento, agregando valor às empresas, aos seus acionistas e à sociedade.

A Invepar segue atenta a oportunidades de negócios em seus mercados alvo, focada em seus segmentos de atuação: rodovias, mobilidade urbana e aeroportos.

**7. Considerações Finais**

**Prêmios e Reconhecimentos**

- Holding**
- Vencedora do Prêmio Faz Diferença, iniciativa do Globo em parceria com a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), na categoria Desenvolvimento do Rio, reconhecendo nosso importante trabalho na implantação dos principais projetos de mobilidade urbana da cidade.
  - Ranking Exame Melhores e Maiores – 89ª colocação, saltando oito posições em relação à edição anterior. Destaques para GRU Airport e MetrôRio nos rankings setoriais
  - Colocação no ranking Valor 1000 – 91º lugar no ranking geral, subindo seis posições em relação à edição anterior; 2ª colocação entre as principais empresas de infraestrutura de transporte do país; 5º lugar entre as empresas com maior receita líquida no setor de Transporte e Logística.
  - Primeira vez no Anuário Valor Grandes Grupos, ocupando o 104º lugar entre as 200 maiores corporações do Brasil.
- GRU Airport**
- Em 2015, o GRU Airport foi reconhecido em pesquisa realizada pela Secretaria de Aviação Civil (SAC) como o melhor aeroporto do país no terceiro e quarto trimestres de 2015, na categoria de aeroportos que recebem mais de 15 milhões de passageiros por ano. A pesquisa é realizada a cada trimestre para avaliar o desempenho operacional dos principais aeroportos do Brasil.
  - O GRU Airport foi considerado o terceiro aeroporto de grande porte mais pontual do mundo, segundo a consultoria britânica OAG. O ranking de pontualidade de 2015 foi liderado pelo aeroporto de Haneda, em Tóquio (Japão), com média de 91,25% da OTP (*on-time performance* ou desempenho pontual). Em seguida, vieram os terminais de Munique (Alemanha), com 87,71%, e de Guarulhos, com 87,47%.
  - Em Madri, a Global Trade Leaders' Club, associação que reúne 7,5 mil lideranças empresariais de 95 países, concedeu ao Terminal 3 o Prêmio Construção Internacional, reconhecendo o comprometimento do GRU Airport com a qualidade e a excelência dos serviços.
- CRA**
- Indicada como uma das 10 melhores empresas para se trabalhar em Pernambuco, pelo Instituto Great Place To Work.
- Eventos Subsequentes**
- Em 21 de janeiro de 2016, foi publicado Fato Relevante<sup>12</sup> relativo à contratação por parte da Invepar de assessores para avaliar alternativas da alienação de participações acionárias, em especial da Linha Amarela S.A.C. ("LAMSA"), com objetivo de ampliar a capacidade de investimento da Invepar no Brasil.
  - Em 11 de fevereiro de 2016, foi informado em Fato Relevante<sup>13</sup> a publicação do Edital de Oferta Pública para alienação judicial, de 35.764.281 ações ordinárias e 69.117.380 ações preferenciais de emissão da Invepar, com preço mínimo para aquisição das referidas ações de R\$ 1.350.000.000,00 (um bilhão e trezentos e cinquenta milhões de reais), de posse do acionista OAS.
  - Em 29 de fevereiro de 2016 a Justiça suspendeu os efeitos da Lei 5.980/2015, que isenta motoristas que trafegam pela LAMSA dentro do período de duas horas. O pedágio voltou a ser cobrado normalmente em 01/03/2016.
  - A Via O40 foi indicada para a certificação ISO 14001, etapa formal que antecede a obtenção da titulação.
  - O leilão da OAS ocorreu no dia 14 de março de 2016<sup>14</sup>, não foi apresentada nenhuma proposta de compra das ações da OAS.
  - Conforme aditivo de contrato de concessão, a partir de 23 de março de 2016, a tarifa da LAMSAC passou de S/ 4,50 para S/ 5,00.
  - Conforme Fato Relevante publicado dia 22 de abril<sup>15</sup> a OAS divulgou comunicado informando que "encerrou o prazo para as demais acionistas da INVEPAR exercerem o direito de preferência para aquisição das ações da INVEPAR, sem que nenhum deles tenha exercido referido direito".

**Relacionamento com Auditores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/2003, o grupo utiliza os serviços de auditoria independente da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes desde 01/01/2014. No exercício encerrado em dezembro de 2015, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa.

**Declaração da Diretoria**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Invepar declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da Deloitte Touche Tohmatsu e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

**Agradecimentos**

A administração da Invepar agradece aos seus usuários, acionistas, fornecedores, sociedade, parceiros e instituições financeiras pela confiança depositada e, em especial, aos funcionários pela dedicação e resultados alcançados.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2016.

**A ADMINISTRAÇÃO**



**BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado							
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014			31/12/2015	31/12/2014								
<b>ATIVO</b>																	
<b>CIRCULANTE</b>																	
Caixa e equivalentes de caixa	3	86	759	212.804	341.489	Fornecedores	12	6.057	8.065	478.049	323.217						
Aplicações financeiras	4	159.813	64.417	436.408	921.013	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	2.050.031	175.203						
Contas a receber	5	-	-	293.310	255.790	Debêntures	13	-	23.681	983.880	774.629						
Estoques	-	-	-	56.590	43.368	Impostos a recolher	6.c	6.714	1.275	72.511	43.633						
Impostos a recuperar	6.a	11.526	9.671	75.578	48.253	Obrigações com empregados e administradores	14	17.391	13.002	116.383	97.330						
Adiantamentos	-	71	434	32.317	33.551	Concessão de serviço público	-	-	-	1.218.953	1.180.013						
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	39.001	32.781	-	-	Adiantamentos de clientes	-	-	-	13.136	12.654						
Partes relacionadas	7	61.205	13.599	117	-	Provisão para manutenção	-	-	-	320	-						
Instrumentos financeiros derivativos	21.e	-	-	56.998	16.627	Partes relacionadas	7	103	166	2.895	4.653						
Outros	-	393	338	14.397	7.827	Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	5.746	-						
Total do ativo circulante	-	272.095	121.999	1.178.519	1.667.918	Resceita diferida	-	-	-	13.100	11.546						
<b>NÃO CIRCULANTE</b>																	
Aplicações financeiras	4	-	-	173.048	148.589	Outros	-	-	-	101.200	60.027						
Partes relacionadas	7	214.291	-	30.293	-	Total do passivo circulante	-	30.265	46.189	5.056.204	2.685.286						
Contas a receber	5	-	-	22.596	22.335	<b>NÃO CIRCULANTE</b>											
Impostos a recuperar	6.a	-	4.475	521.341	175.569	Fornecedores	12	-	-	6.638	-						
Impostos diferidos ativos	6.b	-	-	199.306	198.415	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	4.679.749	5.534.335						
Depósitos judiciais	-	200	200	68.585	59.385	Debêntures	13	2.088.145	470.000	3.972.435	2.506.133						
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	27.656	19.273	-	-	Impostos a recolher	6.c	-	-	24.623	4.407						
Investimentos	8	5.187.636	4.267.839	360.488	247.586	Impostos diferidos passivos	6.b	-	-	246.144	166.717						
Imobilizado	10	2.039	2.472	994.307	529.663	Concessão de serviço público	14	-	-	11.696.128	10.903.848						
Intangível	11	22.913	21.163	25.702.727	23.349.622	Provisão para riscos	15	-	-	26.180	19.296						
Outros	-	1.401	-	2.697	871	Dividendos	7	22.842	22.842	24.153	24.119						
Total do ativo não circulante	-	4.456.136	4.315.422	28.075.388	24.732.035	Resceita diferida	-	-	-	93.313	88.949						
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	-	<b>5.728.231</b>	<b>4.437.421</b>	<b>29.253.907</b>	<b>26.399.953</b>	Provisão para manutenção	-	-	-	75.236	61.445						
						Outros	-	115.936	10.896	4.468	8.290						
						Total do passivo não circulante	-	2.226.923	503.738	20.849.067	19.317.539						
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>											
						Capital social	16.a	3.351.958	3.351.958	3.351.958	3.351.958						
						Reserva de capital	-	515.961	432.539	515.961	432.539						
						Ajustes acumulados de conversão	-	743.976	287.666	743.976	287.666						
						Prejuízos acumulados	-	(1.140.852)	(184.669)	(1.140.852)	(184.669)						
						Total do patrimônio líquido	-	3.471.043	3.887.494	3.471.043	3.887.494						
						Participação dos não controladores	-	-	-	(122.407)	509.634						
						<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	-	<b>5.728.231</b>	<b>4.437.421</b>	<b>29.253.907</b>	<b>26.399.953</b>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	17	-	-	3.412.242	3.033.035
Receita de construção	17	-	-	2.219.729	2.698.084
Custo dos serviços prestados	17	-	-	(2.096.510)	(1.818.175)
Custo de construção	17	-	-	(2.203.402)	(2.649.933)
<b>LUCRO BRUTO</b>	-	-	-	<b>1.332.059</b>	<b>1.263.011</b>
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	17	(105.920)	(98.748)	(611.275)	(608.548)
Equivalência patrimonial	8	(675.791)	(120.262)	(13.743)	(8.486)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	17	8	4	(94.989)	(23.432)
Total	-	(781.703)	(219.006)	612.052	622.545
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>					
Receitas financeiras	18	89.757	19.668	300.183	167.175
Despesas financeiras	18	(264.237)	(63.517)	(2.412.073)	(1.135.320)
Total	-	(174.480)	(43.849)	(2.111.890)	(968.145)
<b>PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
Imposto de renda e contribuição social	6.d	-	-	(215.713)	(131.424)
Corrente	-	-	-	(137.161)	(86.307)
Diferido	-	-	-	(78.552)	(45.117)
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	-	(956.183)	(262.855)	(1.715.551)	(477.024)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	(759.368)	(214.169)
Atribuível aos acionistas controladores	-	(956.183)	(262.855)	(956.183)	(262.855)
Prejuízo básico por lote de mil ações (em reais - R\$)	19	(2.228)	(0.612)	-	-
Prejuízo diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	19	(2.231)	(0.619)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	(956.183)	(262.855)	(1.715.551)	(477.024)
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	456.310	83.196	456.310	83.196
Diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras	456.310	83.196	456.310	83.196
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	(499.873)	(179.659)	(1.259.241)	(393.828)
Acionistas controladores	(499.873)	(179.659)	(499.873)	(179.659)
Acionistas não controladores	-	-	(759.368)	(214.169)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais)**

	Reserva de capital		Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total atribuído aos controladores	Participação não controladores	Total consolidado
	Capital social subscrito	Ágio emissão ações					
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	3.351.958	432.539	287.666	(184.669)	3.887.494	509.634	4.397.128
Resultado do exercício	-	-	-	(956.183)	(956.183)	(759.368)	(1.715.551)
Adição de minoritários	-	-	-	-	-	117.638	117.638
Transação entre sócios	-	83.422	-	-	83.422	9.689	93.111
Ajuste de conversão de moeda	-	-	456.310	-	456.310	-	456.310
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>3.351.958</b>	<b>515.961</b>	<b>743.976</b>	<b>(1.140.852)</b>	<b>3.471.043</b>	<b>(122.407)</b>	<b>3.348.636</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

**1.a) Operações da Companhia**

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR ("INVEPAR", "Companhia" ou "Controladora"), cuja sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de "sociedade por ações". A Companhia possui registro como Companhia Aberta, na categoria "A", junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, notadamente no setor de infraestrutura, como segue:

**Empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas**

**Rodovias**

Linha Amarela S.A. - LAMSAC  
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN  
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART  
Concessionária Bahia Norte S.A. - CBN  
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT  
Concessionária Rota do Atlântico S.A. - CRA  
Linha Amarela Brasil Participações S.A. - LAMBRA  
Linha Amarela S.A.C. - LAMSAC

**Mobilidade Urbana**

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - METRÓRIO  
MetroBarra S.A. - METROBARRA  
Concessionária do VLT Carioca S.A. - VLT

**Aeroportos**

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR  
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU AIRPORT

**Fundo de Investimento**

Fundo de Investimento CAIXA Mover - Fundo Mover  
A INVEPAR e o conjunto de empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são denominados "grupo Invepar" ou "grupo".

As demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto CBN, CRA, VIARIO e das coligadas CRT e VLT foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota 8 - Investimentos). Os exercícios das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2015, a INVEPAR apresentou um capital circulante líquido positivo de R\$241.830 e negativo de R\$3.877.685, na controladora e consolidado, respectivamente (capital circulante líquido positivo de R\$75.810 e capital circulante líquido negativo de R\$1.017.368 em 31 de dezembro de 2014, na controladora e consolidado, respectivamente), causado, principalmente, pelo registro no passivo circulante consolidado de empréstimos, debêntures e passivo da concessão de serviço público no montante de R\$4.252.964. A Administração da Companhia tem atuado ativamente nas negociações de certas dívidas das controladas, buscando a postergação dos vencimentos e/ou refinanciamentos das mesmas.

Além disso, em 21 de janeiro de 2016, a INVEPAR divulgou ao mercado a contratação de assessores para análise de oportunidades e alternativas de alienação de investimentos, em especial da controlada LAMSAC (nota 7). A alienação da LAMSAC se mostra como uma das soluções efetivas para reequilíbrio das finanças do grupo no curto prazo, pois mesmo tendo que usar parte dos recursos da venda para liquidar antecipadamente as debêntures de longo prazo, a Administração espera que o valor da venda seja suficiente para saldar os compromissos financeiros dos próximos meses. As negociações para alienação da LAMSAC estão avançando dentro do plano acordado com os acionistas da Companhia, entretanto, caso não seja possível a conclusão da venda e o recebimento dos recursos dentro de um prazo próximo, haverá a existência de uma incerteza significativa quanto a capacidade da Companhia saldar os compromissos de curto prazo e manter a continuidade de suas operações e das controladas.

Em 20 de abril de 2016, a controlada METROBARRA renegociou para 21 de maio de 2016, o vencimento das debêntures, no montante de R\$600.000, captadas como empréstimo ponte com o vencimento em 21 de abril de 2016. Com o prazo adicional de 30 dias, a controlada espera concluir as condições precedentes necessárias para a liberação do financiamento de longo prazo que equalizará a estrutura de capital prevista para a METROBARRA. Caso a liberação do referido financiamento não ocorra no prazo esperado, a controlada e a INVEPAR seguirão renegociando o vencimento das

debêntures junto aos atuais credores.

**1.b) Investigações do Ministério Público envolvendo a Companhia, acionista e partes relacionadas**

Como é de conhecimento público, encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas no contexto da operação "Lava Jato", que investiga, principalmente, supostas práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo diversas empresas, dentre elas empresas do Grupo OAS, acionista que participa do bloco de controle da INVEPAR e que mantém operações de contratos de construção com certas controladas da Companhia que estão detalhadas na nota 7 de partes relacionadas. Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão foi realizada na sede da INVEPAR e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objeto dos mandados em questão: (i) foi relacionado a temas específicos, entre eles, fatos relacionados ao acionista direto OAS; (ii) não continham nenhuma referência às concessões e atividades da INVEPAR ou demais controladas; e (iii) a INVEPAR divulgou fato relevante em 12 de abril de 2016 esclarecendo os referidos acontecimentos ao mercado. A Administração entende que não há qualquer indício que a Companhia venha a ser afetada pelos resultados das referidas investigações. Conforme detalhado na nota 8, a controlada em conjunto CBN divulgou em suas demonstrações financeiras a situação atual das investigações do Ministério Público Federal sobre os executivos de seus acionistas do Grupo Odebrecht e Grupo OAS. A conclusão da Administração da controlada em conjunto sobre os possíveis impactos para CBN está descrita na referida nota explicativa.

**2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

**2.1. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram aprovadas em 27 de abril de 2016 pela Administração da Companhia.

**a) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

**b) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a INVEPAR e suas controladas. As participações da INVEPAR são:

	% de participação da INVEPAR					
	2015		2014			
	Ordinária	Preferencial	Total	Ordinária	Preferencial	Total
LAMSAC	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CLN	99,96	87,25	91,49	99,96	87,25	91,49
CART	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
METRÓRIO	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
LAMBRA	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
GRUPAR	80,00	-	80,00	90,00	-	90,00
PEX	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
METROBARRA	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
VIA O40	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
PEX Peru	99,90	-				



exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

**c) Receita de construção**  
A Companhia possui investimentos em concessões rodoviárias, aeroportuária e metrôviária, sendo tais concessões alcançadas pela ICPC 01(R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12). Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas por empresa, de acordo com a particularidade de cada negócio, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária de cada concessionária e os custos incorridos pelas empresas com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

**2.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas no Brasil.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado e as diferenças são registradas no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos da controlada no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa média do câmbio no mês das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. Quando da alienação da controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, será reconhecido na demonstração do resultado.

**2.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante contábil de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, e mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício, exceto aqueles relacionados a juros provenientes de saldos de empréstimos recebidos e não aplicáveis, que são capitalizados ao ativo em construção.

**2.6. Contas a receber**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com contas a receber.

**2.7. Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

**2.8. Investimentos em controladas**

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora. Quando ocorre a perda de influência significativa sobre as investidas a Companhia avalia e reconhece o investimento pelo valor justo, sendo reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente.

**2.9. Imobilizado**

Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

**2.10. Intangível**

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão das controladas e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição e ativos relacionados às infraestruturas das concessões classificadas como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativo intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

**2.11. Provisão para recuperação de ativos não financeiros**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que refleta o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

**2.12. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

**2.13. Impostos**

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas		
		Receitas tarifárias	Receitas não tarifárias	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,00% ou 0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	0,00% ou 3,00%	7,60%	4,00%
Imposto Geral a las Ventas	IGV	18%	-	-
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% ou 5,00% (*)	5,00% (*)	-

(\*) A alíquota de Impostos Sobre Serviços é de 2,00% para receitas tarifárias do aeroporto e 5,00% para operação de rodovias e receitas não tarifárias do aeroporto. Em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a Lei nº 7.342/14 que alterou o ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5%. Quanto à tributação do PIS e COFINS, a Companhia adota o regime de não cumulatividade.

(\*\*) Alíquota 0,00% para transportes metrôviários, conforme Lei 12.860/13.

A Companhia e suas controladas adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Brasil, compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Peru, é calculada à alíquota de 30% sobre o lucro tributável do exercício compreendendo o imposto corrente e o diferido. As inclusões de despesas temporariamente não dedutíveis e receitas não tributáveis, consideradas na apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos das controladas são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, foram constituídos, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade e aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

**2.14. Resultado por ação**

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

**2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

**2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas as estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

**Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

**Estimativas e premissas**

**Principais fontes de incertezas nas estimativas**

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos.

**Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

**Impostos**

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

**Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**Participação nos lucros e resultado ("PLR")**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e informações divulgadas a seus empregados.

**Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível**

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão.

**2.17. Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros**

a) **Reconhecimento inicial e mensuração**  
Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixas, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) **Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

**Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.**  
Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são: (i) considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios conforme CPC 15; (ii) mantidos para negociação; (iii) ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
  - No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e
  - For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.
- Ativos financeiros além dos mantidos para negociação e considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios, podem ser designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:
- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria;
  - O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos;
  - Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento do Grupo, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e
  - Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado.

**Investimentos mantidos até o vencimento**

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que o Grupo tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

**Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos de patrimônio disponíveis para venda que não são cotados em um mercado ativo e cujo valor justo não pode ser mensurado de forma confiável e os derivativos relacionados a, e que devem ser liquidados mediante entrega de, tal instrumento de patrimônio não cotado são mensurados ao custo e deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas no encerramento do exercício.

**Desreconhecimento (baixa)**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem recebeu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do grupo com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do grupo, dos dois o menor.

**(i) Passivos financeiros**

**Reconhecimento inicial e mensuração**  
Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. O grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações de concessão de serviço público.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

**Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**  
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo grupo que não satisfizem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Derivativos (IAS 39), incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

**Empréstimos e financiamentos**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

**Desreconhecimento (baixa)**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

**(ii) Valor justo de instrumentos financeiros**  
O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

**2.18. Combinações de negócios**

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pelo adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

**2.19. Custos de empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso e venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

**2.20. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)**

A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. E prevista apenas a cessão de posse desses bens para



4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Taxa	Inde-xador	Venci-mento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras						
Certificados de Depósito Bancário CDB	75% a 101% CDI	nov/19	25	-	117.583	276.052
Debêntures compromissadas	102% CDI	dez/16	-	-	89.022	69.167
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	99% CDI/IPCA/ SELIC	ago/18	-	-	24.023	31.028
Fideicomiso(a)	2,75% CDI/ISE- LIC/IPCA	nov/26	-	-	78.032	58.879
<b>Fundo Mover(b)</b>						
Certificados de Depósito Bancário CDB	100,48% CDI	nov/26	49.120	9.005	69.789	81.544
Letras financeiras do tesouro			48.619	2.526	69.077	22.879
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional			3.925	603	5.576	5.457
Debêntures			58.124	52.283	82.581	473.456
<b>Fundo Cambial FIC(c)</b>						
Letras financeiras do tesouro	135,04% IPCA/ SELIC	set/18	-	-	12.830	38.066
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional			-	-	60.943	13.074
Total de aplicações financeiras			159.813	64.417	609.456	1.069.602
Circulante			159.813	64.417	436.408	921.013
Não circulante			-	-	173.048	148.589

(a) Aplicações financeiras do Fideicomiso são referentes à certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxa de 2,75% anualmente. Tais valores são destinados como meio de pagamento e garantia das obrigações provenientes da construção e operação da LAMSA/C.

(b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a controladora de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da INVEPAR, METROBARRA, METRÓRIO, CLN e a LAMSA. A VIA 040 participou do fundo até 5 de agosto de 2015, data em que houve o resgate do saldo aplicado.

(c) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido pela controladora METRÓRIO junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento somente por autorização do Agente Financeiro conforme cronograma físico-financeiro.

As aplicações financeiras bloqueadas ou em garantia referem-se a aplicações das controladas, as quais estão bloqueadas judicialmente ou são garantias de empréstimos ou estão atreladas ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão e por isso não são consideradas como equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras não circulantes demonstradas acima, que somam R\$173.048 (R\$24.023 para METRÓRIO, R\$2.543 para CLN, R\$89.027 para CART e R\$57.455 para GRU AIRPORT), estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme descrito abaixo:

**METRÓRIO**

- R\$2.683, (Intermediador Banco Safra S.A.), R\$179, (Intermediador Banco Bradesco S.A.) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da controlada METRÓRIO por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e para os contratos de fornecimento de serviço.
- R\$4.358, referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e civis da controlada METRÓRIO.
- R\$9.769, referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela controlada METRÓRIO junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 7 de maio de 2008, 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES.
- R\$7.034, referem-se à aplicação em CDB mantida pela controlada METRÓRIO junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de setembro de 2010 junto à Caixa Econômica Federal.

**CLN**

- R\$2.543, referem-se a aplicações em CDB do Banco do Nordeste do Brasil e mantidas até o vencimento pela controlada CLN por estarem diretamente vinculadas ao fluxo de liquidez exigido por essa instituição para concessão do financiamento, tendo prazos de resgate semelhantes aos de sua liquidação.

**CART**

- R\$89.027, efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a controlada CART deve constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 6 (seis) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" até agosto de 2013; (ii) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2015.

**GRU AIRPORT**

- R\$57.455 referem-se a aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos. Os fundos não possuem prazo de carência, apresentam baixo risco, servem para compor o saldo da conta reserva e cumprir com as obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os bancos Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco e HSBC. O grupo tem políticas de gestão de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, remuneradas a taxas que variam entre 75% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e em sua grande maioria, com liquidez imediata.

**5. CONTAS A RECEBER**

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante	97.600	92.822
Aeronaves e passageiros (a)	7.992	7.130
Armazenagem e capatazia (a)	117.824	124.883
Cessão de espaço (a)	70.926	39.308
Valores a receber de pedágio (b)	8.930	6.402
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (c)	1.904	2.348
Outros	6.025	5.205
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.891)	(22.398)
Total	293.310	255.790

(a) Refere-se a operações da concessão do Aeroporto de Guarulhos (GRU AIRPORT), representando contas a receber por receitas tarifárias como aviação, armazenagem, passageiros e receitas não tarifárias como cessão de espaço.

(b) Contas a receber de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas das controladas do segmento de rodovias.

(c) Contas a receber decorrentes de contratos com terceiros na cessão de espaço e veiculação de anúncios da controlada METRÓRIO.

(d) Contas a receber com passagens da Fetranspor e integrações da controlada METRÓRIO.

(e) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro pela controlada METRÓRIO, referentes a gratuidades estudantil, JM, Copa das Confederações e Copa do Mundo.

(f) São valores a receber de receitas de GRU AIRPORT junto à INFRAERO no montante de R\$17.713. Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do período	(28.093)	(17.233)
Adições	(20.523)	(13.765)
Baixa	16.832	-
Reversões	8.198	2.905
Saldo no fim do período	(23.586)	(28.093)

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Saldo ainda não vencido para créditos de liquidação duvidosa		Saldos vencidos							
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 150 dias	151 - 180 dias	> 180 dias			
31 de dezembro de 2015	339.492	(23.586)	253.074	20.279	8.658	1.782	5.271	1.188	1.088	48.152*
31 de dezembro de 2014	306.218	(28.093)	221.528	14.859	1.899	15.679	1.828	1.449	675	48.301*

\* Parte do saldo vencido a mais de 180 dias não foi constituído a PCLD, pois referem-se basicamente às gratuidades do METRÓRIO e os valores a receber da INFRAERO em GRU AIRPORT, nos montantes de R\$4.883 e R\$17.713, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a provisão para créditos de liquidação duvidosas é a seguinte:

	31 de dezembro de 2015	
	< 30 dias	31 - 60 dias
Empresas	11.526	2.362
METRÓRIO	(8.989)	(22)
CART	(1.255)	(147)
PEX	(4.216)	-
GRU AIRPORT	(9.126)	(213)
Total	(23.586)	(382)

	31 de dezembro de 2014	
	< 30 dias	31 - 60 dias
Empresas	11.526	2.362
METRÓRIO	(10.209)	(41)
CART	(625)	(79)
PEX	(1.042)	-
GRU AIRPORT	(16.217)	(125)
Total	(28.093)	(245)

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

**a) Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social(a)	-	7.226	8.957	11.246
PIS e COFINS(b)	-	83	26.369	5.443
IRRF(c)	11.526	2.362	40.159	31.267
IGV(d)	-	-	93	297
Outros	-	-	93	297
Circulante	11.526	9.671	75.578	48.253
Imposto de renda e contribuição social(a)	-	4.475	3.670	9.886
IGV(d)	-	-	74.500	47.990
PIS e COFINS(b)	-	-	443.221	117.683
Não circulante	-	4.475	521.341	175.569

(a) Antecipação e saldo negativo de IRPJ e CSLL (anos anteriores)

(b) Os créditos de PIS e COFINS, em GRU AIRPORT, são decorrentes, principalmente, de aquisição de bens e serviços sobre os investimentos em melhoria e expansão do aeroporto. Ocorreu alteração do critério de aproveitamento dos créditos de PIS e COFINS, que passaram a ser utilizados à medida da amortização do intangível.

Durante o exercício de 2015, a Companhia, suportada por seus consultores e assessores legais realizou estudo acerca da legislação das Contribuições para o PIS e a COFINS e concluiu que determinados investimentos realizados no ativo intangível são passíveis de creditamento das citadas Contribuições. Como consequência, foi reclassificado o valor de R\$364.178 do ativo intangível para a conta de impostos a recuperar.

(c) IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte

(d) IGV (Imposto Geral a las Ventas) - crédito fiscal do imposto geral sobre vendas (IGV Peru) decorrente de aquisições de bens e serviços aplicáveis à operação da LAMSA/C.

Os impostos a recuperar referem-se, basicamente, às antecipações ou valores passíveis de compensação da Companhia e de suas controladas.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (consolidado)

As controladas CART, VIA 040, METRÓRIO, LAMSA, GRU AIRPORT, LAMSA/C, METROBARRA, CLN e PEX fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo

prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis, exceto LAMSA/C cujo prejuízos fiscais podem ser compensados em até 4 anos. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisadas anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores pelas controladas.

Em relação a controlada LAMSA/C, os créditos tributários de diferenças temporárias e prejuízos fiscais estão fundamentados na expectativa de recuperação destes valores. Em relação aos prejuízos fiscais, a legislação local prevê duas sistemáticas para sua compensação, quais sejam: i) compensação em até 4 anos a partir do exercício que a companhia apresentar lucro, sem limite de compensação anual; ii) compensação limitada a 50% do resultado anual tributável, sem restrição ao prazo. A controlada PEX Peru não tem créditos tributários de diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Natureza	678.516	682.965
Prejuízo fiscal	244.266	246.031
Base negativa	8.642	7.799
Excesso amortização outorgas	10.627	13.597
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.710	11.285
Participação nos lucros e resultado (PLR)	7.830	5.156
Provisão para riscos	(945.061)	(902.770)
Amortização de Outorga (*)	(20.724)	(21.807)
Custo de captação (*)	(31.484)	(34.252)
Outros ajustes (*)	(7.180)	23.704
Outros	(46.838)	31.698
Total	199.306	198.415
Impostos diferidos - Passivo	(246.144)	(166.717)

(\*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do RTT, até 31/12/2014, constituídos sobre amortização da outorga fiscal, provisão de manutenção, custo de captação e margem de construção são amortizados em quotas fixas mensais consolidada no valor de R\$4.176, pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV, art. 69 da Lei 12.973/14.

A Administração da Companhia e das controladas CART, VIA 040, METRÓRIO, METROBARRA, CLN, PEX, LAMSA, GRU AIRPORT e LAMSA/C consideram que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e consequentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

As holdings INVEPAR e GRUPAR não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias, pois a administração entende que as projeções de resultado tributável, dessas companhias, não apresentam base para realização dos respectivos impostos diferidos. Os valores não constituídos de IRPJ e CSLL diferidos são R\$149.120 e R\$2.491, respectivamente.

As controladas GRU AIRPORT, CART, VIA 040, METROBARRA e PEX não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$70.166 (de julho de 2014 a dezembro de 2015), R\$72.902 (em 2015), R\$18.984 (em 2015), R\$13.024 (de outubro a dezembro de 2015) e R\$1.317 (em 2014 e 2015) respectivamente.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Total dos ativos fiscais diferidos	31.802	54.158
Total dos passivos fiscais diferidos	57.810	57.810
Total dos impostos diferidos	26.008	987.684
Total dos impostos diferidos	(1.034.521)	(46.837)

c) Tributos a recolher

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social PIS e COFINS	2.193	-
ISS	6	181
IRRF e CSRF	4.470	3.091
INSS sobre terceiros	3	3.301
Outros	42	-
Circulante	6.714	1.275
Imposto de renda e contribuição social PIS e COFINS	-	-
Não circulante	-	-

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	(956.183)	(262.855)	(1.499.838)	(345.600)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Adições vigentes	325.102	89.371	509.945	117.504
Adições permanentes	(47.970)	(2.037)	(66.701)	(10.678)
Exclusões permanentes	-	-	4	1.638
Equivalência Patrimonial	(229.769)	(40.889)	(4.673)	(2.885)
Diferença de alíquota do IR entre Brasil e Peru (34% x 30%)	-	-	6.401	1.518
IR/CS diferidos não constituídos	(47.363)	(46.445)	(493.805)	(252.763)
Outros	-	-	(166.884)	14.242
Total dos impostos no resultado	-	-	(215.713)	(131.424)

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na Lei 12.973 passou a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exercesse tal opção. Dentre os dispositivos, destacamos alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia avaliou os impactos das suas operações e definiu a adoção, através da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais ("DCTF") referente a dezembro de 2014 (IN 1.499/14), da seguinte forma: (i) referente as regras dos art. 1º, 2º e 4º a 7º, não houve adoção em 2014 para Invepar e suas controladas; (ii) quanto as regras dos art. 76 a 92 apenas a LAMBRA adotou em 2014.

7. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre a controladora e suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas companhias para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes, conforme praticado no mercado e aprovados pelos órgãos da Administração.

**Composição**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	-	-
Circulante	-	-	-	-
Passivo	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	-	-
Circulante	-	-	-	-

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre a controladora e suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas companhias para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes, conforme praticado no mercado e aprovados pelos órgãos da Administração.

**Composição**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	-	-
Circulante	-	-	-	-
Passivo	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	-	-
Circulante	-	-	-	-

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2015		31/12/2014	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
OAS SA (*)	Servi					



**8. Investimentos**  
**Controladora**  
 As participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas em cada data-base.

Investida	Participação da INVEPAR %	Quantidade de ações em 31/12/2015		Saldos em 31/12/2014	Aumento de capital	Amortização	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Alienação de investimento	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/12/2015
		Ordinárias	Preferenciais								
<b>Controladas</b>											
LAMSA	100,00	51.927.409	103.854.827	74.464	-	-	107.205	-	-	(81.937)	99.732
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	53.809	-	-	6.863	-	-	(516)	60.156
CART	100,00	991.431.181	991.431.181	466.605	239.000	(201)	(223.247)	-	-	-	481.617
METRÔRIO	100,00	1.446.898.779	-	1.342.977	-	-	84.731	-	-	(45.884)	1.381.824
LAMBRA	100,00	820.939.074	-	1.369.134	611.312	(28.320)	74.861	456.310	-	(440)	2.482.857
METROBARRA	100,00	106.094.133	-	55.862	41.800	-	(44.079)	-	-	-	53.583
PEX Peru	99,90	4.995	-	4	-	-	-	-	-	-	4
VIA O40	100,00	395.000.000	-	293.496	82.500	-	(55.057)	-	-	-	320.939
<b>Controladas em conjunto</b>											
VIA RIO	33,34	100.488.389	-	16.129	59.245	-	(2.991)	-	-	-	72.383
CBN	50,00	155.768.685	-	76.857	33.000	-	(3.800)	-	-	-	106.057
CRA	50,00	70.719.454	-	31.732	20.000	-	(8.774)	-	-	-	42.958
				124.718	112.245	-	(15.565)	-	-	-	221.398*
<b>Coligada</b>											
CRB	24,87	172.157.464	-	(9.104)	26.398	-	2.024	-	-	-	19.318
CRT	24,92	17.994	3.550	69.158	-	(4.346)	7.649	-	-	(6.253)	66.208
				60.054	26.398	-	(4.346)	9.673	-	(6.253)	85.526*
<b>TOTAL</b>				<b>3.840.583</b>	<b>1.113.255</b>	<b>(32.867)</b>	<b>(54.615)</b>	<b>456.310</b>		<b>(135.030)</b>	<b>5.187.636</b>

Investida	Participação da INVEPAR %	Quantidade de ações em 31/12/2015		Saldos em 31/12/2014	Aumento de capital	Amortização	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Alienação de investimento	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/12/2015
		Ordinárias	Preferenciais								
<b>Controlada</b>											
PEX	100,00	8.090.101	-	(1.844)	2.610	-	(4.034)	-	-	-	(3.268)
GRUPAR	80,00	45.937.243.158	-	418.152	96.011	-	(617.142)	-	-	(9.689)	(112.658)
				416.306	96.621	-	(621.176)	-	-	(9.689)	(115.936)
<b>TOTAL</b>				<b>414.462</b>	<b>98.631</b>		<b>(625.176)</b>				<b>(119.204)</b>

**\*\*Adiantamento para futuro investimento**  
 53.564\*

(\*) Saldos que compõem o valor do investimento consolidado.  
 (\*\*) Montante pago pelo METROBARRA para os acionistas da CRB para aquisição futura dessa empresa, conforme informado no item "n" desta nota.  
 Em 31 de dezembro de 2015, o ágio registrado sobre os investimentos na CART, CRT e LAMBRA montam R\$4.683, R\$25.714 e R\$1.046.548 respectivamente.

Investida	Participação da INVEPAR %	Quantidade de ações em 31/12/2014		Saldos em 31/12/2013	Aumento de capital	Amortização	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/12/2014
		Ordinárias	Preferenciais							
<b>Controladas</b>										
LAMSA	100,00	51.927.409	103.854.827	102.819	-	-	79.303	-	(107.658)	74.464
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	52.518	-	-	1.782	-	(491)	53.809
CART	100,00	991.431.181	991.431.181	516.474	30.000	(201)	(80.208)	-	-	466.605
METRÔRIO	100,00	1.446.898.779	-	1.281.755	-	-	61.222	-	-	1.342.977
LAMBRA	100,00	355.421.521	-	1.198.544	85.201	(25.023)	35.677	83.196	(8.461)	1.369.134
GRUPAR	90,00	16.849.896.819	-	600.152	-	-	(182.000)	-	-	418.152
METROBARRA	100,00	60.000.000	-	4.796	54.000	-	(2.934)	-	-	55.862
PEX Peru	99,99	4.995	-	4	-	-	-	-	-	4
VIA O40	100,00	395.000.000	-	-	315.000	-	(21.504)	-	-	293.496
<b>TOTAL</b>				<b>3.757.058</b>	<b>484.205</b>	<b>(25.224)</b>	<b>(108.662)</b>	<b>83.196</b>	<b>(116.610)</b>	<b>4.073.963</b>
<b>Controladas em conjunto</b>										
VIA RIO	33,34	22.594.518	-	19.807	-	-	(3.678)	-	-	16.129
CBN	50,00	78.500.000	-	43.755	33.000	-	102	-	-	76.857
CRA	50,00	43.378.000	-	33.881	-	-	(2.149)	-	-	31.732
				97.443	33.000	-	(5.725)	-	-	124.718*
<b>Coligada</b>										
CRT	24,92	17.992	3.546	67.176	-	(4.346)	12.250	-	(5.922)	69.158
				67.176	-	(4.346)	12.250	-	(5.922)	69.158*
<b>TOTAL</b>				<b>3.921.677</b>	<b>517.205</b>	<b>(29.570)</b>	<b>(102.137)</b>	<b>83.196</b>	<b>(122.532)</b>	<b>4.267.839</b>

Investida	Participação da INVEPAR %	Quantidade de ações em 31/12/2014		Saldos em 31/12/2013	Aumento de capital	Amortização	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/12/2014
		Ordinárias	Preferenciais							
<b>Controlada</b>										
VLT	24,87	15.526.950	-	5.907	-	-	(15.011)	-	-	(9.104)
<b>Controlada</b>										
PEX	100,00	1.350.000	-	1.270	-	-	(3.114)	-	-	(1.844)
<b>TOTAL</b>				<b>7.184</b>			<b>(18.125)</b>			<b>(10.948)</b>

**\*\*Adiantamento para futuro investimento**  
 53.564\*

(\*) Saldos que compõem o valor do investimento consolidado, além do montante de R\$146 da controlada LAMSA referente a obras de arte.  
 (\*\*) Montante pago pelo METROBARRA para os acionistas da CRB para aquisição futura dessa empresa, conforme informado no item "n" desta nota.  
 Em 31 de dezembro de 2014, o ágio registrado sobre os investimentos na CART, CRT e LAMBRA montam R\$4.884, R\$30.060 e R\$830.926 respectivamente.

a) Informações sobre os investimentos da controladora  
 Os valores abaixo apresentados correspondem a 100% dos números das empresas, ou seja, não foi considerado o percentual de participação da Invepar.  
 a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2015

Empresas	Receita líquida de serviços	Receita de construção	Custos e despesas	Custos de construção	Provisão para manutenção	Depreciação e amortização	Equivalência patrimonial	Resultado financeiro	Impostos sobre resultado	Resultado do exercício	Participação da INVEPAR %	
												Rodovias
	CLN	44.975	1.259	(23.762)	(1.286)	(5.026)	-	(1.760)	(1.110)	7.330	91,49	
	CART	270.675	156.827	(145.280)	(155.274)	(18.065)	(91.221)	(243.446)	2.982	(223.247)	100	
	CBN	106.768	123.904	(47.561)	(122.656)	(1.387)	(35.541)	(30.803)	(324)	(7.600)	50	
	CRT	178.545	30.944	(80.475)	(30.944)	(29.919)	-	(20.299)	(17.145)	30.707	24,92	
	CRA	41.616	3.248	(23.527)	(3.215)	(9.503)	-	(24.063)	(2.104)	(17.548)	50	
	LAMBRA	-	-	(109)	-	-	101.617	11.113	(37.760)	74.861	100*	
	LAMSAC	281.666	1.062.283	(124.218)	(1.062.283)	540	(10.804)	-	12.844	(58.411)	101,617	
	VIA RIO	-	1.240.739	(12.417)	(1.240.739)	-	(260,88)	-	4.462	(8.972)	33,34	
	PEX	7.737	-	(6.950)	-	-	(738)	-	(645)	(22)	(618)	100
	VIA O40	134.631	536.386	(162.156)	(531.076)	(320)	(12.510)	-	(18.266)	(1.746)	(55.057)	100
Mobilidade urbana	METRÔRIO	777.223	95.749	(462.298)	(95.749)	-	(115.770)	-	(93.697)	(20.727)	84,731	
	METROBARRA	15.751	(5.328)	-	-	-	(6.215)	-	(49.238)	2.951	(44.079)	
	VLT	51.536	267.006	(44.501)	(267.006)	-	(10)	-	(41.683)	11.746	(22.912)	
Aeroportos	GRUPAR	-	-	(232)	-	-	(699.932)	106	-	(700.058)	80	
	GRU AIRPORT	1.624.757	324.309	(740.824)	(315.200)	-	(689.872)	-	(1.525.150)	(50.436)	(1.372.416)	

(\*) O percentual de 100% da LAMSAC e 40,8% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

Balanço patrimonial	Empresas	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Participação da INVEPAR %
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Rodovias	LAMSA	54.042	522.171	72.946	395.253	117.984	100*
	CLN	6.903	119.488	15.748	44.019	66.624	91,49**
	CART	87.719	2.330.728	951.462	990.051	476.934	100
	CBN	33.475	757.038	37.945	540.451	212.117	50
	CRT	36.733	228.012	38.371	63.884	162.490	24,92
	CRA	24.402	268.151	69.663	136.977	85.913	50
	LAMBRA	417.523	1.075.734	13.701	4.324	1.436.314	100
	LAMSAC	110.867	3.032.421	719.248	1.422.223	2.001.817	100*
	VIA RIO	60.055	703.899	546.846	-	217.108	33,34
	PEX	10.474	2.784	16.428	98	(3.268)	100***
	VIA O40	49.687	1.168.158	874.561	22.345	320.939	100
Mobilidade Urbana	METRÔRIO	368.270	2.456.755	725.021	718.181	1.381.823	100
	METROBARRA	34.834	908.489	705.741	183.998	53.584	100
	VLT	294.680	1.056.842	631.447	642.460	77.615	24,87
Aeroportos	GRUPAR	405	21	337	128.852	(128.763)	80***
	GRU AIRPORT	325.521	16.198.860	1.490.944	15.261.958	(228.521)	40,8*

(\*) O percentual de 100% da LAMSAC e 40,8% de GRU AIRPORT representa participação indireta.  
 (\*\*) Os Patrimônios Líquidos da LAMSA e CLN são respectivamente de R\$117.984 e R\$66.624 e os valores utilizados para consolidação são de R\$99.732 e R\$60.156, respectivamente, ajustados pelo lucro não realizado decorrentes das transações entre partes relacionadas: debênture LAMSA e METRÔRIO e mútuo entre CLN e INVEPAR.  
 (\*\*\*) Patrimônio líquido negativo.

Empresas	Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de concessão (Investimento)	Resultado financeiro sobre capitalização da outorga	Capitalização de resultado financeiro	Aquisição de Intangível / Imobilizado da não liquidada	Margem de Construção	(-) Investimento caixa	Participação da INVEPAR %
	CLN	407	43	1.547	-	-	34	1.950	91,49
	CART	4.953	970	156.827	-	-	14.640	1.553	146.557
	CBN	190	43	121.585	-	-	1.248	117.480	50
	CRT	1.579	215	34.121	-	-	-	33.476	24,92
	CRA	-	86	4.121	-	-	-	33	4.174



Em 24 de abril de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada GRUPAR no valor de R\$106.679, mediante a emissão de 5.183.722.664 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 31 de dezembro de 2015, a GRUPAR consolidada apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$1.165.355 (R\$938.330 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de obrigações junto à União referente ao pagamento das outorgas. Adicionalmente, a Administração da Companhia e da controlada GRU AIRPORT têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhoria dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, existe o compromisso dos acionistas de realizar o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades de GRU AIRPORT.

**h) LAMBRA**  
Em 21 de março de 2012, a INVEPAR passou a ser controladora da V.P.R. Brasil Participações S.A. com 100% do capital social da mesma, por meio da subscrição e integralização de ações da OAS S.A. que era a única titular das ações representativas do patrimônio da V.P.R. Brasil Participações S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de março de 2012, os acionistas deliberaram a incorporação por parte da INVEPAR da V.P.R. Brasil Participações S.A., com a emissão de 17.429.354 novas ações ordinárias e 34.858.708 novas ações preferenciais.

A INVEPAR obteve da extinta V.P.R. Brasil Participações S.A., 100% do capital social da Linha Amarela Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), que por sua vez é detentora de 100% do capital social da Linha Amarela S.A.C. ("LAMSA"), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 6 de outubro de 2009 com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009 junto à Municipalidade Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

Em 14 de fevereiro de 2013, foi levado ao registro público o Aditivo Contratual ("Aditivo") firmado em 13 de fevereiro de 2013, o qual amplia o prazo da concessão em mais 10 anos, passando a 40 anos, a partir da assinatura do Contrato. Destaque-se, ainda, que, em atendimento ao Contrato, a Concessionária iniciou a percepção das receitas arrecadadas pelas praças de pedágio a partir de 10 de fevereiro de 2013.

Em 5 de junho de 2013, ocorreu o aumento de capital no valor de R\$87.580, mediante a emissão de 87.580.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas pela INVEPAR.

Em 20 de maio de 2014, ocorreu um aumento de capital no valor de R\$54.000, mediante a emissão de 40.911.778 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas pela INVEPAR.

Em 08 de outubro de 2014 ocorreu um aumento de capital no valor de R\$31.201, mediante a emissão de 22.240.105 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas pela INVEPAR.

Em 3 de fevereiro de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada LAMBRA no valor de R\$52.000, mediante a emissão de 37.382.126 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 30 de abril de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada LAMBRA no valor de R\$123.000, mediante a emissão de 90.806.088 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 25 de junho de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada LAMBRA no valor de R\$10.000, mediante a emissão de 7.492.212 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 13, 25 e 31 de agosto de 2015, ocorreram aumento de capital na controlada LAMBRA nos valores de R\$36.000, R\$17.000 e R\$1.878, mediante a emissão de 26.971.962, 12.736.760 e 1.213.738 ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 11 e 17 de setembro de 2015, ocorreram aumento de capital na controlada LAMBRA no valor de R\$38.484 e R\$18.000, mediante a emissão de 28.833.339 e 13.485.981 ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 26 de outubro de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada LAMBRA no valor de R\$60.500, mediante a emissão de 45.521.182 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 26 de novembro de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada LAMBRA no valor de R\$59.430, mediante a emissão de 44.526.214 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 02, 14 e 18 de dezembro de 2015, ocorreram aumentos de capital na controlada LAMBRA nos valores de R\$91.520, R\$38.000 e R\$65.500, mediante a emissão de 68.568.722, 28.470.405 e 49.073.987 ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

**i) VIÁRIO**  
A Concessionária VIÁRIO S.A. é uma sociedade anônima, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas operações em 26 de abril de 2012 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A VIÁRIO tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica. O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do contrato de concessão.

Em 22 de abril de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada em conjunto VIÁRIO no valor de R\$39.008. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 19 de agosto de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada em conjunto VIÁRIO no valor de R\$11.002. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 27 de outubro de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada em conjunto VIÁRIO no valor de R\$9.235. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 31 de dezembro de 2015, a VIÁRIO apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$486.791 (R\$263.989 em 31 de dezembro de 2014). Do montante do capital circulante líquido negativo, a INVEPAR possui o percentual de participação de 33,34% junto à Controlada. A Administração da Companhia e da INVEPAR têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhoria dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, existe o compromisso dos acionistas de realizar o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

**PEX**  
Em 5 de julho de 2012 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a PEX S.A. com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR.

A empresa tem como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações.

Em 18 de junho de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada PEX no valor de R\$2.610, mediante a emissão de 6.740.101 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 31 de dezembro de 2015, a PEX apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$5.954 (R\$8.422 em 31 de dezembro de 2014).

**k) VLT**  
Em 26 de abril de 2013, a Comissão Especial de Licitação da concorrência promovida pelo Município do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal da Casa Civil, divulgou o resultado do certame relativo à contratação, em regime de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, iniciado a partir da emissão da Ordem de Início.

A referida Comissão declarou o Consórcio VLT CARIOCA, formado pela INVEPAR (24,4375%), Actua Assessoria S.A., controlada da CCR (24,4375%), Odebrecht TransPort S.A. (24,4375%), RIOPAR Participações S.A. (24,4375%), Benito Roggio Transporte S.A. - BRT (2,00%) e RATP do Brasil Operações, Participações e Prestações de Serviços para Transporte Ltda. (0,25%), vencedor, tornando-se o resultado público após a divulgação da respectiva ata da sessão de abertura dos envelopes contendo as propostas econômicas. O Consórcio sagrou-se vencedor ao propor o menor valor a título de pagamento de prestação pecuniária mensal.

Em 25 de setembro de 2014, foi alterada a composição acionária através da compra de parte das ações da BRT, passando a ser INVEPAR (24,8750%), Actua Assessoria S.A., controlada da CCR (24,8750%), Odebrecht TransPort S.A. (24,8750%), RIOPAR Participações S.A. (24,8750%), Benito Roggio Transporte S.A. (0,25%) e RATP do Brasil Operações, Participações e Prestações de Serviços para Transporte Ltda. (0,25%).

Em 1º de outubro de 2015, ocorreu aumento de capital na coligada VLT no valor de R\$15.315. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 4 de novembro de 2015, ocorreu aumento de capital na coligada VLT no valor de R\$2.266. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 31 de dezembro de 2015, o VLT apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$336.767 (R\$493.414 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de debêntures de curto prazo. Do montante do capital circulante líquido negativo, a INVEPAR possui o percentual de participação de 24,8750% junto à Controlada.

**l) LAMSA**  
A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil e foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995 e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

Em 31 de dezembro de 2015, a LAMSA apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$18.904 (R\$4.038 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de debêntures e financiamento, respectivamente, no curto prazo junto ao banco Itaú nos montantes de R\$32.227 e R\$11.701, para execução de seus investimentos, sendo o principal reavaliação de obras de artes especiais da via.

**m) CLN**  
A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN ("CLN") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia 099 BA - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA.

A CLN tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 21 de fevereiro de 2000.

Em 27 de março de 2015, foi proposto em ATA da RCA e aprovado pela Administração, que os dividendos obrigatórios e os dividendos adicionais declarados pela Assembleia Geral não sejam pagos, tendo em vista os compromissos operacionais e financeiros de longo prazo assumidos.

Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o Termo Aditivo de Re-Definição ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a CLN e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA (agência reguladora). Também ficou determinada a prorrogação do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035.

Em 14 de maio de 2015 o prazo de concessão foi prorrogado por mais 15 anos, contados a partir do vencimento do prazo atual, que é de 35 anos.

Em 31 de dezembro de 2015, a CLN apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$8.845 (R\$11.943 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de empréstimos e financiamentos de curto prazo.

**n) METROBARRA**  
Em 20 de dezembro de 2012, através de Assembleia Geral de Constituição, foi criado o METROBARRA S.A. sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR.

O METROBARRA tem por objeto social a locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista, inclusive como holding.

Em 23 de novembro de 2012, a INVEPAR firmou um contrato de compra e venda junto aos atuais acionistas da CRB - Concessionária Rio Barra S.A., pagando em 15 de outubro de 2013 o valor de R\$53.564, registrado como adiantamento para aquisição futura de investimento. Após a transcrição efetiva do contrato sobre a empresa, será realizado o pagamento do preço variável, que será calculado tendo como base o número de passageiros entrantes nas estações da Linha 4.

A Concessionária Rio Barra S.A. ("CRB"), foi constituída em 14 de dezembro de 1998 e tem por objeto social exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração, precedida de obras públicas dos serviços de transporte metrôviário de passageiros da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro extensão de Ipanema a Barra da Tijuca e tem prazo de concessão até 2036.

Em 11 de março de 2013, a INVEPAR cedeu os direitos e deveres do contrato de compra da CRB para o METROBARRA, sua subsidiária integral.

Para concluir a aquisição da CRB, a INVEPAR assumiu o compromisso de adquirir trens e sistemas para operação da Linha 4.

No dia 28 de março de 2014, foi aprovado pela INVEPAR um aumento de capital no montante de R\$54.000 na controlada METROBARRA.

("VIA 040") e a União Federal, por intermédio da ANTT, tendo por objeto a contratação, na modalidade de concessão, da recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário BR-040/DF/GOM/G, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, iniciado a partir da data da Assunção.

Em 31 de janeiro de 2014, nos termos do boletim de subscrição foi firmado pela INVEPAR a subscrição de 395.000 de ações ordinárias, escrituras e sem valor nominal.

Em 21 e 24 de fevereiro de 2014 e 6 de março de 2015, foram realizadas integralizações de R\$39.500, R\$275.500 e R\$80.000, respectivamente, estando o Capital Social totalmente integralizado.

Em dezembro de 2015, foi autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia a realização do adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$2.500.

Em 31 de dezembro de 2015, a VIA040 apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$824.874 (capital circulante líquido positivo de R\$241.390 em 31 de dezembro de 2014). A Administração da Companhia e da INVEPAR têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhoria dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, existe o compromisso dos acionistas de realizar o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

**p) PEX Peru**  
Em 14 de outubro de 2014, através do registro de escritura pública, foi criada a PEX Peru S.A.C. com sede na cidade de Lima (Peru), tendo como subscritoras de seu capital social a INVEPAR com 99,9% e a LAMBRA com 0,1%. Tem objeto social a administração de pagamento automático de pedágio.

**9. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS**  
A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) rodovias; (ii) mobilidade urbana; (iii) aeroportos; e (iv) holding.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes a 31 de dezembro de 2015, são as seguintes:

	31/12/2015					
	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações(*)	Consolidado
Receita líquida de serviços	1.011.867	792.974	1.624.757	–	(17.356)	3.412.242
Receita de construção	1.739.671	95.749	324.309	–	–	2.159.729
Custo de serviços prestados	2.811.538	886.723	1.940.036	–	(17.356)	5.631.971
Custo de construção	(1.792.453)	(95.749)	(1.244.362)	–	–	(2.096.519)
Lucro bruto	588.818	353.737	389.504	–	–	1.332.059
Despesas gerais e administrativas	(186.633)	(136.315)	(182.407)	(105.920)	–	(611.275)
Equivalência patrimonial	–	–	–	(675.791)	662.048	(13.743)
Outras receitas operacionais	(74.779)	(16.059)	(4.159)	8	–	(94.989)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	327.406	201.363	202.938	(781.703)	662.048	612.052
Receitas financeiras	72.264	129.556	64.898	89.750	(56.292)	300.183
Despesas financeiras	(339.973)	(272.491)	(1.589.942)	(264.237)	54.570	(2.412.073)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	59.697	58.428	(1.322.106)	(956.183)	660.326	(1.499.838)
Imposto de renda e contribuição social	(147.501)	(17.776)	(50.436)	–	–	(215.713)
Correntes	(117.245)	(19.916)	–	–	–	(137.161)
Diferidos	(30.256)	2.140	(50.436)	–	–	(78.552)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(87.804)	40.652	(1.372.542)	(956.183)	660.326	(1.715.551)
Atribuído aos acionistas não controladores	–	–	672.484	–	86.884	759.368
Atribuído aos acionistas controladores	(87.804)	40.652	(700.058)	(956.183)	747.210	(956.183)
Informações complementares						
Depreciação e amortização	(131.117)	(123.985)	(689.872)	(34.337)	–	(979.311)
Provisão para manutenção	(17.845)	–	–	–	–	(17.845)
Adição ao imobilizado	37.302	582.994	4.656	471	–	625.423
Adição ao intangível	2.375.816	105.828	923.141	2.414	–	3.407.199

(\*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Demonstrações Financeiras.

**Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2015**

	31/12/2015					
	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações(*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	737.215	403.104	325.926	272.095	(559.821)	1.178.519
Ativo não circulante	7.249.667	3.365.244	16.198.881	5.456.136	(4.194.540)	28.075.388
Total do ativo	7.986.882	3.768.348	16.524.807	5.728.231	(4.754.361)	29.253.907
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	2.664.094	1.430.762	1.491.281	30.265	(560.198)	5.056.204
Passivo não circulante	2.907.261	902.179	15.274.264	2.226.933	(461.560)	20.849.067
Patrimônio líquido	2.415.527	1.435.407	(240.738)	3.471.043	(3.732.603)	3.348.636
Total do passivo e patrimônio líquido	7.986.882	3.768.348	16.524.807	5.728.231	(4.754.361)	29.253.907

(\*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Demonstrações Financeiras.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes a 31 de dezembro de 2014, são as seguintes:

	31/12/2014					
	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações(*)	Consolidado
Receita líquida de serviços	754.557	702.204	1.576.274	–	–	3.033.035
Receita de construção	1.198.914	117.981	1.381.189	–	–	2.698.084
Custo de serviços prestados	1.953.471	820.185	2.957.463	–	–	5.731.119
Custo de construção	(328.390)	(394.950)	(1.094.835)	–	–	(1.818.175)
Lucro bruto	(118.958)	(117.981)	(1.342.394)	–	–	(2.649.933)
Despesas gerais e administrativas	435.523	307.254	520.234	–	–	1.263.011
Equivalência patrimonial	(162.785)	(138.433)	(208.587)	(98.748)	5	(608.548)
Outras receitas operacionais	–	–	–	(120.262)	111.776	(8.486)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(27.744)	1.925	2.383	4	–	(23.432)
Receitas financeiras	244.994	170.746	314.030	(219.006)	111.776	622.545
Despesas financeiras	73.627	47.784	54.303	19.688	(28.207)	167.175
Despesas financeiras	(291.235)	(126.198)	(665.242)	(63.517)	10.872	(1.135.320)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	27.386	92.332	(296.909)	(262.855)	94.446	(345.600)
Imposto de renda e contribuição social	2.120	(34.044)	(99.500)	–	–	(131.424)
Correntes	(70.008)	(23.229)	–	–	–	(93.237)
Diferidos	72.128	(10.815)	(99.500)	–	–	(38.187)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	29.506	58.288	(396.409)	(262.855)	94.446	(477.024)
Atribuído aos acionistas não controladores	–	–	194.187	–	19.982	214.169
Atribuído aos acionistas controladores	29.506	58.288	(202.222)	(262.855)	114.428	(262.855)
Informações complementares						
Depreciação e amortização	(120.					



13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Empresa	Tipo / Credor	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Garantia	Total circulante	Total não circulante	31/12/2015	31/12/2014
CART	BNDES	Real	mar/21 a mar/25	TJLP e TRB*	2,45%	(b)	901.722	-	901.722	919.422
CART	Debêntures	Real	dez-24	IPCA	5,8% e 6,05%	(b)	11.628	919.776	931.404	851.023
CART	(-) Custo de captação	Real	dez-24	-	-	-	(3.055)	(47.953)	(51.008)	(53.736)
CLN	BNB	Real	nov-17	-	10%	(b) e (d)	3.518	3.625	7.143	10.536
CLN	HSBC	Real	abr-16	CDI	1,51%	(d)	2.665	-	2.665	7.942
CLN	BNB II	Real	dez-24	-	4,12%	(b)	-	35.614	35.614	35.614
CLN	(-) Custo de captação	Real	dez-24	-	-	-	(4)	(446)	(450)	(477)
GRU AIRPORT	BNDES	Real	dez-27	TJLP	2,88% e 3,40%	(b)	9.896	2.677.074	2.686.970	2.480.448
GRU AIRPORT	Debêntures	Real	dez/25 e out/26	IPCA	6,40% e 7,86%	(b)	24.593	676.771	701.364	644.724
GRU AIRPORT	(-) Custo de captação	Real	dez-25	-	-	-	(9.734)	-	(9.734)	(9.452)
LAMSAC	Bonds	Novo sol	jun-37	Pré-fixado e VAC **	6,45% e 8,58%	(b) e (c)	-	1.426.925	1.426.925	1.045.988
LAMSAC	BCP e Interbank	Novo sol	mar/16 a jun/22	-	2,97 e 3,31%	(b) e (c)	144.767	7.117	151.884	151.884
LAMSAC	(-) Custo de captação	Novo sol	jun-37	-	-	-	(2.784)	(45.989)	(48.773)	(38.266)
LAMSAC	Debêntures	Real	mai-27	TR	9,5%	(b) e (e)	32.227	335.696	367.923	389.987
LAMSAC	ITAU	Real	ago-18	USD	3,298%	-	11.931	44.735	56.666	-
LAMSAC	(-) Custo de captação	Real	ago-18	USD	-	-	(230)	(170)	(400)	-
METRÔRIO	BNDES	Real	fev/17 a out/24	TJLP	1,72% e 1,92%	(b) e (d)	45.811	276.929	322.740	368.784
METRÔRIO	FINEP	Real	jan-18	Fxa	5,25% e 8,25%	(d)	3.230	3.454	6.684	9.891
METRÔRIO	Outros	USD	nov-16	CDI	3%	(a)	3.342	-	3.342	4.548
METRÔRIO	Pró transporte	Real	jun-34	TR	8%	(b) e (d)	8.036	241.160	249.196	246.530
METRÔRIO	Capital de giro	USD	mar-16	-	2%	-	147.893	-	147.893	98.410
METRÔRIO	Debêntures	Real	jun-16	CDI	1,45% e 112,1%	(a)	329.438	-	329.438	286.781
METRÔRIO	(-) Custo de captação	Real	jun-16	-	-	-	(827)	-	(827)	(1.732)
METROBARRA	Debêntures	Real	mar-16	CDI	2%	(d)	602.537	-	602.537	680.324
METROBARRA	(-) Custo de captação	Real	mar-16	-	-	-	(3.754)	-	(3.754)	(2.565)
INVEPAR	Debêntures	Real	ago-16	CDI	124%	(b)	-	-	-	494.756
INVEPAR	(-) Custo de captação	Real	ago-16	-	-	-	-	-	-	(1.075)
INVEPAR	Debêntures	Real	out-24	IPCA	11,93%	(b)	-	2.096.788	2.096.788	-
INVEPAR	(-) Custo de captação	Real	out-24	-	-	-	-	(8.643)	(8.643)	-
VIA O40	BNDES	Real	mar-16	TJLP	2%	(c)	775.543	-	775.543	518.287
VIA O40	FINAME- BNDES	Real	ago-24	-	6%	-	1.293	9.721	11.014	12.277
VIA O40	(-) Custo de captação	Real	mar-16	-	-	-	(5.774)	-	(5.774)	(8.669)
							3.033.911	8.652.184	11.686.095	8.990.300

- (a) Sem Garantia.
- (b) Garantia de Projeto (representado pelo i)
- (c) Fiança Bancária.
- (d) Fiança ou Aval do Acionista.
- (e) Fiança de uma subsidiária da Companhia.
- (f) Garantia de Projeto: Penhor de ações e/ou Cessão Fiduciária dos Diretos Creditórios, e/ou Cessão Fiduciária dos Diretos Emergentes, Alienação Fiduciária de Ativos Financeiros e/ou Conta Reserva.
- (\*) TRB - Taxa de Referência do BNDES indexada ao IPCA
- (\*\*) VAC - Inflação no Peru

	Total circulante	Total não circulante	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos	2.050.031	4.679.749	6.729.780	5.709.538
Debêntures	983.890	3.972.435	4.956.315	3.280.762
	3.033.911	8.652.184	11.686.095	8.990.300

Empresas	Pagamento											
	31/12/2014	Captação	Principal	Juros*	Provisão Juros	Juros capitalizados	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido	Varição cambial e monetária	Conversão de moeda	Eliminações	31/12/2015
INVEPAR	493.681	2.950.000	(1.420.000)	(153.991)	225.990	-	1.075	(8.610)	-	-	-	2.088.145
LAMSAC	389.987	50.000	(18.798)	(44.800)	42.272	-	100	(500)	5.928	-	-	424.189
CLN	53.615	-	(8.549)	(2.825)	2.703	-	28	-	-	-	-	44.972
CART	1.716.709	-	(85.806)	(109.181)	133.373	-	2.997	(229)	124.255	-	-	1.782.118
METRÔRIO	1.013.212	-	(60.715)	(62.378)	105.817	1.722	905	-	51.171	-	8.734	1.056.468
METROBARRA	677.759	600.794	(600.000)	(183.240)	33.550	72.073	2.352	(4.505)	-	-	-	598.783
LAMBRA	1.007.722	243.730	(177.765)	(903)	921	134.166	-	-	50.359	271.830	-	1.530.037
GRUPAR	3.115.720	509.321	(314.000)	(306.334)	362.461	11.432	-	-	-	-	-	3.378.600
VIA O40	521.895	205.217	(1.039)	(714)	3.807	48.722	21.657	(18.762)	-	-	-	790.783
Total dívida	8.990.300	4.559.062	(2.686.692)	(864.369)	910.894	268.115	29.114	(32.606)	231.713	271.830	8.734	11.686.095

Empresas	Pagamento											
	31/12/2013	Captação	Principal	Juros*	Provisão Juros	Juros capitalizados	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido	Varição cambial e monetária	Eliminações	31/12/2014	
INVEPAR	-	470.000	-	(29.780)	54.536	-	-	-	(1.075)	-	-	493.681
LAMSAC	390.146	-	-	(38.961)	38.802	-	-	-	-	-	-	389.987
CLN	31.650	61.637	(39.571)	(4.125)	3.219	805	-	-	-	-	-	53.615
CART	1.381.210	330.977	(70.897)	(107.301)	113.519	-	1.931	-	67.270	-	-	1.716.709
METRÔRIO	1.128.111	411.988	(380.686)	(100.000)	83.567	10.943	-	(589)	15.275	(155.397)	-	1.013.212
METROBARRA	596.758	-	-	-	78.437	2.564	-	-	-	-	-	677.759
LAMBRA	940.590	-	-	(39.744)	6.743	44.203	-	-	55.930	-	-	1.007.722
GRUPAR	1.834.568	1.724.342	(484.955)	(186.145)	170.674	66.690	-	(9.454)	-	-	-	3.115.720
VIA O40	-	524.026	-	-	251	6.287	-	(8.669)	-	-	-	521.895
Total dívida	6.303.033	3.522.970	(976.109)	(506.056)	471.311	207.365	4.495	(19.787)	138.475	(155.397)	-	8.990.300

\* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento de construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. Segue abaixo a composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

Ano	Juros	Provisão Juros	Juros capitalizados	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido	Varição cambial e monetária	Conversão de moeda	Eliminações	31/12/2015
2017	296.085	-	-	-	-	-	-	-	-
2018	514.439	-	-	-	-	-	-	-	-
2019	469.105	-	-	-	-	-	-	-	-
2020	718.038	-	-	-	-	-	-	-	-
2021	900.085	-	-	-	-	-	-	-	-
2022	1.050.846	-	-	-	-	-	-	-	-
2023	1.197.756	-	-	-	-	-	-	-	-
2024	1.176.440	-	-	-	-	-	-	-	-
2025	466.087	-	-	-	-	-	-	-	-
2026	383.424	-	-	-	-	-	-	-	-
2027 em diante	1.479.880	-	-	-	-	-	-	-	-
	8.652.184	-	-	-	-	-	-	-	-

Empresas	Dívida	Covenants	Limite	Apuuração
LAMSAC	2ª Emissão de Debêntures (CEF)	ICSD	≥ 1,3	Annual
		DL/EBITDA	≤ 2	Trimestral*
		EBITDA/DFL	≥ 1,5	Trimestral*
CART	2ª Emissão de Debêntures/BNDES	ICSD	≥ 1,2	Semestral
		PL/AT	> 20%	Semestral
		ICSD	≥ 1%	Annual
METRÔRIO	Pró Transporte (CEF)	EBITDA/RF **	≥ 2%	Annual
		CS/(CS+DL)	≥ 25%	Annual

(\*) A quebra do Covenant só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses. (\*\*) Resultado financeiro líquido.

Em 31 de dezembro de 2015, as cláusulas restritivas das controladas LAMSAC, METRÔRIO e da INVEPAR foram atendidas.

Em relação à controlada CART, conforme contrato de financiamento com o BNDES os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, semestralmente junto com as demonstrações financeiras auditadas de 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Em 31 de dezembro de 2015, o índice financeiro é de 19,72%. O contrato de financiamento com o BNDES não prevê sanções pelo não atendimento do índice, incluindo o vencimento antecipado. Por não haver prazo de cura estabelecido no contrato de financiamento com o BNDES, assim como ocorre na escritura de debêntures, a controlada CART, conservadoramente, optou por transferir todo o saldo da dívida do referido contrato para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2015.

A INVEPAR realizou até 12 de abril de 2016, conforme divulgado em Evento Subsequente (nota 26), aportes de capital no montante de R\$51.000, reestabelecendo o índice ao exigido no contrato de financiamento.

Com o reestabelecimento do índice e depois de transcrito o prazo de cura previsto na escritura das debêntures, a controlada CART voltará a registrar no passivo não circulante a parcela da dívida do contrato de financiamento com o BNDES vincenda no longo prazo.

Custo de transação

Empresa	Tipo de dívida	Vencimento	Custo de emissão	Custo amortizado	31/12/2015	31/12/2014
METRÔRIO	Empréstimos	mar/16 a jun/34	3.200	(2.373)	827	1.732
CART	Debêntures	dez/24	59.219	(8.211)	51.008	53.736
VIA O40	Empréstimos	mar/16	29.351	(23.577)	5.774	8.669
INVEPAR	Debêntures	out/24	9.525	(1.075)	8.450	1.075
GRU AIRPORT	Debêntures	dez/25 e out/26	9.734	-	9.734	-

Em 15 de outubro de 2015 foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia real adicional em série única, para distribuição pública, com esforços restritos e sob o regime misto de colocação, mediante a emissão de 200.000 debêntures da Companhia, com valor nominal unitário de R\$10, totalizando R\$2.000.000 e tendo vencimento em 15 de outubro 2024.

Parte dos recursos obtidos foi utilizada para o pré-pagamento de dívidas existentes - 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, 1ª e 2ª Emissões de Notas Promissórias Comerciais da Companhia e de Cédulas de Crédito Bancário - no montante equivalente a R\$1.200.000, acrescidos dos juros correspondentes até a presente data e, a outra parte, será utilizada para a realização de investimentos, direta ou indiretamente, em empresas nas quais a INVEPAR possui participação acionária.

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Empresa	Outorga Variável				Outorga Fixa			
	Atualização resultado	Paga-mento	Atualiza-ção resultado	Atualiza-ção intan-gível	Transfe-rência	Paga-mento	31/12/2015	31/12/2014
Outorga METRÔRIO (a)	1.266	-	1.044	-	(139)	-	2.171	-
Outorga GRU AIRPORT (b)	1.178.361	183.541	(185.177)	103.938	50.016	901.987	(1.016.239)	1.216.367
Outorga CART (c)	386	4.448	(4.419)	-	-	-	-	415
Circulante	1.180.013	187.989	(189.596)	104.982	50.016	901.987	(1.016.438)	1.218.935
Outorga METRÔRIO (a)	42.381	-	-	5.552	-	(282)	-	47.651
Outorga GRU AIRPORT (b)	10.861.467	-	-	1.113.812	575.185	(901.987)	-	11.648.477
Não Circulante	10.903.848	-	-	1.119.364	575.185	(901.987)	(282)	11.696.128
Total	12.083.861	187.989	(189.596)	1.224.346	625.201	-	(1.016.722)	12.915.081

Empresa	Outorga Variável				Outorga Fixa			
	Atualização resultado	Paga-mento	Atualiza-ção resultado	Atualiza-ção intan-gível	Transfe-rência	Paga-mento	31/12/2015	31/12/2014
Outorga METRÔRIO (a)	6.948	-	493	-				



**21. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2015. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

	Consolidado			
	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
<b>Instrumentos financeiros</b>				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	212.804	-	341.489	-
Aplicações financeiras	609.456	-	1.069.602	-
Contas a receber	-	315.906	-	278.125
Parte Relacionada	-	117	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	56.998	-	16.627	-
Total do ativo	<u>879.258</u>	<u>316.023</u>	<u>1.427.718</u>	<u>278.125</u>
Passivos				
Fornecedores	-	484.687	-	323.217
Parte Relacionada	-	2.895	-	4.653
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	11.686.095	-	8.990.300
Instrumentos financeiros derivativos	5.746	-	2.381	-
Dividendos e JSCP propostos	-	24.153	-	24.119
Obrigações com Poderes Concedentes	-	12.915.081	-	12.083.861
Total do passivo	<u>5.746</u>	<u>25.112.911</u>	<u>2.381</u>	<u>21.426.150</u>

Em aberto

METROBARRA

31/12/2015									
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor base	Moeda	Ajuste a mercado			
						Preço de exercício em Reais	em Reais		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	16/01/2015	29/02/2016	935	Euro	3,42	843		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	16/01/2015	31/03/2016	935	Euro	3,45	845		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	27/05/2016	1.311	Euro	4,23	325		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	29/06/2016	918	Euro	4,28	227		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	29/07/2016	1.504	Euro	4,33	372		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	29/08/2016	874	Euro	4,38	216		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	28/09/2016	1.774	Euro	4,44	437		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	28/10/2016	450	Euro	4,49	111		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	30/11/2016	1.092	Euro	4,54	268		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	27/04/2016	635	Euro	4,18	157		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	15/12/2015	30/05/2016	1.800	Euro	4,54	(91)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	15/12/2015	30/06/2016	1.800	Euro	4,61	(92)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	15/12/2015	29/04/2016	1.800	Euro	4,49	(88)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/03/2015	28/03/2016	135	Euro	3,87	66		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	14/12/2015	27/01/2016	1.918	Euro	4,37	(52)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	29/06/2016	540	Dólar	4,00	73		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	29/08/2016	1.082	Dólar	4,08	146		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	27/01/2016	2.782	Dólar	3,79	397		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	28/10/2016	756	Dólar	4,18	101		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	VOTORANTIM	16/01/2015	29/01/2016	935	Dólar	3,25	849		
						<u>5.110</u>			
						Ativo circulante	5.433		
						Passivo circulante	(323)		

31/12/2014									
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor base	Moeda	Ajuste a mercado			
						Preço de exercício em Reais	em Reais		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	28/09/2015	2.893	Euro	3,62	(392)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	20/07/2015	2.373	Euro	3,54	(316)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	28/08/2015	993	Euro	3,59	(133)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	07/08/2015	403	Euro	3,57	(54)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	08/07/2015	403	Euro	3,53	(54)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	29/06/2015	249	Euro	3,52	(33)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	20/04/2015	218	Euro	3,45	(29)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	09/09/2015	202	Euro	3,60	(27)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	09/06/2015	202	Euro	3,50	(26)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	10/07/2015	236	Dólar	2,57	48		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	12/05/2015	236	Dólar	2,52	49		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	30/06/2015	13.933	Dólar	2,56	2.850		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	04/04/2014	15/12/2015	1.918	Euro	3,63	(129)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	04/04/2014	26/11/2015	1.118	Euro	3,61	(72)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	04/04/2014	26/11/2015	134	Euro	3,62	(9)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	04/04/2014	30/09/2015	236	Dólar	2,58	58		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	04/04/2014	18/08/2015	13.933	Dólar	2,55	3.371		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	29/04/2014	23/03/2015	406	Dólar	2,44	104		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	29/04/2014	04/02/2015	406	Dólar	2,41	105		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	29/04/2014	17/06/2015	609	Dólar	2,50	155		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	31/10/2013	12/01/2015	756	Dólar	2,47	142		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	31/10/2013	26/01/2015	9.289	Dólar	2,47	1.747		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	31/10/2013	02/03/2015	9.289	Dólar	2,49	1.759		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Santander	27/02/2014	19/02/2015	879	Euro	3,49	(207)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Santander	27/02/2014	09/03/2015	655	Euro	3,51	(153)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Santander	04/04/2014	08/10/2015	336	Euro	3,58	(30)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Santander	04/04/2014	03/11/2015	582	Euro	3,60	(51)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Santander	04/04/2014	08/09/2015	540	Dólar	2,57	131		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Santander	12/12/2014	29/05/2015	2.624	Euro	3,46	285		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	27/02/2014	11/02/2015	236	Dólar	2,53	33		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	27/02/2014	26/01/2015	218	Euro	3,47	(52)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	04/04/2014	13/10/2015	2.559	Euro	3,58	(239)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	04/04/2014	01/09/2015	265	Dólar	2,57	64		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	04/04/2014	09/11/2015	336	Euro	3,61	(32)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	29/04/2014	06/04/2015	406	Dólar	2,45	104		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	29/04/2014	12/01/2015	406	Dólar	2,39	105		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	29/04/2014	18/05/2015	609	Dólar	2,48	156		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	14/11/2014	31/03/2015	9.289	Dólar	2,70	64		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	18/11/2014	06/01/2015	168	Dólar	2,62	4		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	24/11/2014	05/05/2015	4.644	Dólar	2,66	314		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	24/11/2014	11/02/2015	11.611	Dólar	2,60	865		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	01/12/2014	19/02/2015	206	Dólar	2,62	12		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	01/12/2014	29/09/2015	705	Dólar	2,80	32		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	01/12/2014	08/06/2015	897	Dólar	2,70	49		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	01/12/2014	27/08/2015	2.782	Dólar	2,77	137		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	22/12/2014	05/05/2015	4.644	Dólar	2,78	(194)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	22/12/2014	05/01/2015	4.644	Dólar	2,68	(146)		
						<u>10.361</u>			
						Ativo circulante	12.742		
						Passivo circulante	(2.381)		

f) **Risco de liquidez**  
O grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

31 de dezembro de 2014	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.428.538	2.783.135	8.109.000	13.320.673
Fornecedores	467.081	17.606	-	484.687
Concessão de serviço público	2.278.310	2.324.451	24.594.773	29.197.534

g) **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros**  
A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros	Controladora			
	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	86	-	759	-
Aplicações financeiras	159.813	-	64.417	-
Parte Relacionada	-	275.496	-	14.843
Dividendos e JSCP propostos	-	66.657	-	50.810
Total do ativo	<u>159.899</u>	<u>342.153</u>	<u>65.176</u>	<u>65.653</u>
Passivos				
Fornecedores	-	6.057	-	8.065
Parte relacionada	-	103	-	166
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	2.088.145	-	493.681
Dividendos e JSCP propostos	-	22.842	-	22.842
Obrigações com Poderes Concedentes	-	17.391	-	13.002
Total do passivo	<u>-</u>	<u>2.134.538</u>	<u>-</u>	<u>537.756</u>

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) **Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado**

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*  
Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

• *Contas a receber*  
O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

• *Empréstimos, financiamentos*  
Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto à BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como "passivos financeiros não mensurados a valor justo."

• *Concessão de serviço público*  
Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) **Exposição a riscos de taxas de juros**  
Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

c) **Concentração de risco de crédito**  
Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 5.

d) **Risco de taxa de câmbio**  
O grupo gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de *hedge* que devam ocorrer no período mínimo de doze meses. Transações para as quais haja incertezas são cobertas por *hedge* por prazo indeterminado. É política do grupo negociar os termos dos derivativos designados na relação de *hedge*, mantendo uma correspondência com os termos dos itens objeto do *hedge* de modo a maximizar a eficácia do *hedge*. O grupo mantém cobertura (*hedge*) para suas exposições a flutuações na conversão para reais de suas operações no exterior, mantendo empréstimos a pagar líquidos em moedas estrangeiras e utilizando *swaps* de moedas e contratos cambiais a termo.

e) **Operação de derivativos**  
A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, de natureza operacional ou financeira e eventualmente de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados. Em 31 de dezembro de 2015, o METROBARRA, a LAMSA e o METRÔRIO possuíam operações com instrumento financeiro com características de derivativos para proteção dos contratos já firmados em moedas estrangeiras conforme demonstrado abaixo:

METRÔRIO									
31/12/2015									
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor base	Moeda	Ajuste a mercado			
						Preço de exercício em Reais	em Reais		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	SANTANDER	11/11/2015	25/04/2016	70	Euro	4,28	13		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	SANTANDER	11/11/2015	25/05/2016	381	Euro	4,33	74		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	SANTANDER	11/11/2015	17/06/2016	740	Euro	4,37	140		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	SANTANDER	11/11/2015	25/07/2016	11	Euro	4,42	2		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	30/09/2015	30/06/2016	267	Euro	4,85	(67)		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	11/11/2015	25/01/2016	21	Euro	4,15	4		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	11/11/2015	25/02/2016	10	Euro	4,20	2		
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	11/11/2015	28/03/2016	17	Euro	4,25	3		
Swap	CITIBANK	-	11/03/2016	85.000	Dólar	n/a	43.205		
							<u>43.376</u>		

